

4. TEXTOS FORMATIVOS



Foto: Wigold Schaffer – Rio Uruguai / Salto Yucumã




4.1 Água como Tema Gerador

4.2 Geopolítica, Democracia, Cidadania e Sustentabilidade

4.2 Educação Socioambiental Regional

ENCARTE EM CD

No CD anexo encontram-se documentos complementares como artigos, entrevistas, palestras, cartilhas e outras publicações relacionadas aos temas dos Textos Formativos.



*"Quem anda no trilho é trem de ferro,
sou água que corre entre pedras: liberdade caça jeito"*

Manoel de Barros

SON LOS RÍOS

*Somos el tiempo. Somos la famosa
parábola de Heráclito el Oscuro.
Somos el agua, no el diamante duro,
la que se pierde, no la que reposa.
Somos el río y somos aquel griego
que se mira en el río. Su reflejo
cambia en el agua del cambiante espejo,
en el cristal que cambia como el fuego.
Somos el vano río prefijado,
rumbo a su mar...*

Jorge Luis Borges

4.1 ÁGUA COMO TEMA GERADOR

Textos-base

- A Água e os Movimentos Criativos na Natureza e na Cultura (VERA L. CATALÃO)
- La Cultura del Agua: Lecciones de la América Indígena (RAMÓN VARGAS)
- Desconstrucción y Reconstrucción de nuestros Saberes, Educación Popular y Diálogo de Saberes, de la aridez del agua hacia el Agua Boa (CARLOS GALANO)
- CASO DO BRASIL: Educação para a Sustentabilidade no Cultivo de Água Boa – Programa Cultivando Água Porã (SILVANA VITORASSI)

Textos complementares

- Ética e Gestão das Águas (LEONARDO BOFF)
- Água, Cidadania e Consumo Sustentável: nossas escolhas em ações conjuntas (RACHEL TRAJBER)
- Luta pela Água na América Latina (JOSE ESTEBAN CASTRO)
- Entrevista Profª. Dra. Vera Lessa Catalão (FE/UnB) no “Coleção Especial Água” do Ministério do Meio Ambiente (COLECIONA ÁGUA – DEA/MMA)
- Reflexões sobre a Governabilidade da Água: dimensão da política numa perspectiva civilizatória (FRANKLIN DE PAULA JR.)



A ÁGUA E OS MOVIMENTOS CRIATIVOS NA NATUREZA E NA CULTURA¹

Sob a inspiração de “O caos sensível” de Theodore Schwenk

Vera Lessa Catalão é Mestre em Educação pela UnB e Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII

RESUMO

O elemento água e o imaginário construído em torno da água nas diversas civilizações. A natureza plástica da água como fonte inspiradora para as expressões artísticas e mitologias. O elemento água como base material para a expressão simbólica das culturas e para a educação ambiental. Os movimentos naturais da água no pensamento de Theodore Schwenk. O elemento água e a simbolização. A materialidade simbólica da água em Gaston Bachelard. A sensibilidade da água e a formação de vórtices. Água como traço de união entre natureza e cultura. A água como matriz de uma ecopedagogia da flexibilidade, fluxo, alternância, receptividade, aceitação e plasticidade.


Se quero estudar a vida das imagens da água, preciso devolver ao rio e às fontes da minha terra seu papel principal (Gaston Bachelard.)

A fluidez que cria e transforma a vida planetária depende de um movimento constante, permitindo o encontro da água com o ar. As águas das fontes, o frescor das águas primaveris que encantavam Bachelard (1989) são associadas ao movimento. As águas correntes nutrem o imaginário humano de símbolos de purificação e regeneração, enquanto as águas paradas simbolizam a degeneração e a morte. O curso sinuoso do rio representa o tempo inexorável que limita o início e o fim de todos os seres vivos, enquanto que as águas que um dia migraram para as rochas subterrâneas, quando ressurgem nas fontes incorporam o poder simbólico de restaurar a vida e religar o homem às forças cósmicas que geram e sustentam a vida na terra. O movimento das águas nos transporta e nos conduz do mundo real ao mundo onírico. A água é o único dos elementos que possui o dom de embalar, somente a água nos envolve e nos transporta novamente ao ventre materno. (Bachelard, op.cit.).

A água permite o reflexo, ela oferta sua transparência aos jogos da luz, e disso resulta um jogo dialógico entre cultura e natureza, entre céu e terra, ou ainda entre o sólido e o aéreo como percebem Goethe, Novalis, Leonardo da Vinci e Rudolf Steiner. Quando a água reflete o céu é o universo inteiro que se duplica, numa metáfora extraordinária da consciência humana. A natureza passa a ser o outro da cultura e desse jogo espetacular do objeto e do reflexo emerge a consciência consciente de si – base de todo processo de hominização. Bachelard fala de um narcisismo cósmico: «Com Narciso e por Narciso, é toda floresta que se mira, é todo céu que toma consciência da sua grandiosa imagem.» (op.cit. p.27). Narciso é belo por que o mundo é belo. Por intermédio da água ele pode perceber a si mesmo e a natureza, enquanto sua face passa a ser face do mundo. A água desvela e vela: sua transparência mostra o reflexo das coisas, mas resguarda sua profundidade. Elemento chave para a emergência da consciência, ela é ao mesmo tempo a metáfora mais perfeita das funções inconscientes.

As bacias hidrográficas que tantos afluentes recebem organizam-se em um sistema circulatório pleno de

1 Este texto foi publicado originalmente em: Roteiros de um curso d'água: água como matriz ecopedagógica; educação e gestão sustentável das águas do Cerrado / Vera Lessa Catalão e Maria do Socorro Rodrigues. – Brasília : Universidade de Brasília, UNESCO, 2008.



capilaridades como o do corpo humano: veias, artérias, vasos e tecidos irrigados. Apesar das recorrentes citações sobre a semelhança do corpo humano com o corpo do planeta Terra, não podemos banalizar o que de simbolismo e mistério envolve esta correlação. O diálogo das polaridades também se estabelece entre águas diferentes, quando confluem ou separam. A mistura de águas que se estranham e finalmente se fundem, evocam uma pedagogia de interações das diferenças, postura essencial para as práticas de Educação Ambiental. Neste movimento constante, “a água, através dos seus redemoinhos, parece abrir seus olhos para o mundo” (Catalão, 2006) enquanto o espelho de águas calmas abre os olhos da nossa consciência para contemplar seu próprio reflexo.

A água é também o elemento da metamorfose. As diversas fases do embrião no líquido amniótico repetem o devir das formas nas águas primordiais. Quando a vida encontra-se em estado de criação, o elemento líquido predomina como podemos perceber na folhas jovens ou na quantidade de água presente no corpo dos fetos dos animais que em alguns chega a 95%.

A água está sempre pronta a formar superfícies limítrofes; ela não é a massa amorfa e inanimada percebida por uma racionalidade desprovida de afeto. Subdividida em uma infinidade de membranas sensoriais moventes e aptas a perceber tudo que se passa em torno de si, a água detém uma sensibilidade em estado original que capta e registra as substâncias que recebe e influências ambientais que a envolvem. Longe de se confinar nela mesma, a água permite-se receber todos os impulsos à sua volta. “A água é um meio impressionável por excelência. Ela é tão sensível que não se restringe somente a responder às modificações à sua volta; ela recebe também, as influências sutis, imponderáveis, procedentes de confins do universo.” (Schwenk, 1982:20).

Trata-se de uma afirmação inédita e ousada para um estudioso de engenharia hídrica e dos fenômenos climáticos como Schwenk. Em sua obra magistral *Das Sensible Chaos* (1962) e traduzida em inglês, francês e espanhol, ele apresenta resultados de experimentos que mostram como a água pode realmente perceber as mudanças na posição dos corpos celestes e interagir com eles. O trabalho recente de Masaru Emoto, *A mensagem da água* (2004), apresenta fotografias das moléculas congeladas da água quando expostas aos pensamentos e sentimentos humanos que confirmam essa sensibilidade. As pesquisas de Jacques Benveniste sobre a memória da água apontam na mesma direção. Os vórtices ou redemoinhos da água são responsáveis por essa função sensível que orienta a gestação dos seres vivos. Enquanto as formas esféricas que caracterizam os movimentos circulatórios são responsáveis pela manutenção das funções vitais em toda vida planetária.

Theodore Schwenk (1982) nos propõe uma reflexão sobre o elemento líquido que demanda um estado contemplativo, uma espécie de suspensão fenomenológica, que coloca entre parênteses percepções anteriores para compreender a essência dos movimentos circulatórios da vida: a onda, o vórtice e o impulso ascensional, onde o movimento é único elemento permanente.

1 - O MOVIMENTO CIRCULATÓRIO

Onde quer que a água apareça, ela tende a tomar uma forma esférica. Ela envolve toda a esfera terrestre, encerrando cada objeto em uma fina película. Caindo como uma gota ou como orvalho, a água oscila sob a forma de uma esfera. A força da gravidade a torna sinuosa, sai da sua forma esférica para seguir um curso determinado pelo relevo entre a curva e a linearidade.

Em cada fresta, canal e mesmo nos tubos de encanamento, ela luta continuamente para retornar à sua forma esférica. Ondulando e articulando as polaridades, a água encontra muitas maneiras de manter um equilíbrio rítmico entre a forma esférica natural e a atração gravitacional da Terra. Pela ação dos ventos, predominante nas águas oceânicas, e pelo impulso dos relevos nas águas doces, o movimento rítmico mantém a vida das águas. No corpo humano algo similar acontece.

2 - A ONDA

Duas coisas são necessárias para um movimento rítmico acontecer: a água em si e alguma outra força ativadora. A forma verdadeira da onda é o resultado da interação de forças opostas.

A onda é o terceiro elemento que surge entre polaridades – por exemplo, a água e o vento – e aparece nas superfícies de contato. Para Schwenk, embora a água seja como um órgão sensório, “consciente” aos menores impactos, ela é quem conduz as forças contrastantes para um movimento de equilíbrio rítmico de interação e integração.

Além do equilíbrio rítmico, a água assegura as trocas de substâncias, no grande organismo terrestre assim como dentro de cada ser vivo. Schwenk (op.cit.) diz que no mundo das forças que criam e formam os organismos existem leis análogas àquelas da água corrente que agem de forma invisível. Inspirando-se em Rudolf Steiner, ele constata que a forma orgânica, banhada e atravessada por correntes invisíveis penetra assim no mundo das aparências. A água funciona como mediadora porque ela vibra em ressonância com o mundo invisível e pode transmitir seus impulsos criadores ao mundo material.


3 - O IMPULSO ASCENSIONAL

O impulso ascensional é uma propriedade da água sem o qual a vida, na superfície da terra, seria absolutamente inconcebível. A capacidade de tornar mais leves os corpos e elevá-los ao encontro do cosmos é uma faculdade da água, fundamental para tudo que vive na terra. Quando em uma grande palmeira ou uma araucária a seiva ascende tão alto, é a água que manifesta sua força sobre as forças terrestres. Para Schwenk, ela libera os corpos sólidos de sua gravidade e transmite à terra os impulsos do céu. Ela freia seu próprio curso, quando este se torna excessivo, colocando diques naturais que moderam e harmonizam a paisagem. Assim, ela preserva o solo fértil de ser levado e diluído no mar e preserva a pluralidade do relevo planetário.

4 - OS VÓRTICES

Onde quer que os espaços ociosos sejam formados, quando as camadas mais altas da água ultrapassam as camadas de movimento mais lento, a água é escoada para dentro dos espaços ociosos em um movimento circular. Neste exato instante, redemoinhos e vórtices surgem. Schwenk (op.cit.) diz que se pudéssemos assistir o processo em câmara lenta nós poderíamos ver como uma onda primeiro se levanta acima do nível geral da água, depois a crista se precipita à frente da onda, dobra-se e enrola-se por baixo, formando um vórtice cilíndrico e horizontal. Uma observação mais atenciosa mostra que o vórtice tem um ritmo próprio. Em um primeiro momento contrai-se, alonga-se para baixo, estende sua parte final para dentro; e em seguida, expande-se em largura e escoar, diminuindo gradualmente para dentro das camadas internas sempre em uma pulsação rítmica. Um vórtice na água é completamente sem especialidade, e permanece como puro movimento num estágio primitivo, não-diferenciado de desenvolvimento. É como um órgão arquetípico que traz em si todas as potencialidades de diferenciação e formação.

É possível contemplar na superfície de águas claras o aparecimento dos vórtices como pequenos espaços ociosos redondos, nos quais minúsculos pedaços de madeira ou pólen giram. Quando o sol brilha sobre a água, “eles são projetados como pequenos discos circulares num padrão regular no leito do rio. Trata-se do fenômeno arquetípico de formação dos vórtices: onde quer que diferenças qualitativas apareçam em um meio que flui, essas formações ocorrem” (Schwenk, op.cit. p.18). Tais diferenças podem ser: lento e rápido; sólido e líquido; líquido e gasoso; quente e frio; viscoso e fluido; pesado e leve; água salgada e água doce; alcalino e ácido etc. Em síntese, onde quer que as diferenciações estejam presentes, a água age como um delicado “órgão sensório que percebe as diferenciações para, num processo rítmico, nivelar as diferenças e depois fundi-las”. (op.cit. p.18)



Os primeiros estágios desse movimento arquetípico manifestam-se no mundo das plantas. Na ponta de um ramo que cresce, uma forma de onda aparece e se avoluma para mais tarde desdobrar-se em folhas que se abrem no ar. Em geral a planta faz um movimento mais curto do que o desenvolvimento total de um vórtice. Superfícies limítrofes estão em todos os lugares onde processos formativos vivos aparecem; seja nas membranas celulares, nas superfícies de contato entre células, onde as forças da vida estão misteriosamente presentes ou nas grandes superfícies limítrofes como nos oceanos, onde várias correntes fluem passando umas pelas outras em diferentes direções. Para Schwenk, as superfícies limítrofes, com seus processos rítmicos, são nascedouros de coisas vivas. (op.cit).

Podemos perceber que o vórtice é em si uma figura completa, com suas próprias formas, ritmos e movimentos muito semelhantes aos grandes movimentos do sistema planetário. De acordo com a segunda Lei de Kepler sobre o movimento planetário: um dado planeta circula em volta do sol em forma semelhante a um vórtice: move-se mais rápido quando está próximo do sol e mais lentamente quando mais distante. Esta lei se aplica a todo sistema planetário, desde os planetas mais próximos do sol até os mais longínquos. O vórtice em seu movimento é, portanto, uma imagem em miniatura do grande sistema planetário.


O vórtice é um sistema descrevendo em miniatura o grande universo estelar; sua orientação no espaço corresponde às estrelas fixas e suas leis internas de movimento ao sistema solar com seus planetas. O sol em si corresponde ao centro de sucção do vórtice, onde a velocidade é, teoricamente, infinitamente grande. Mas como velocidades infinitamente grandes não são possíveis na terra, a água densa vaporiza-se no centro de sucção, logo preenchido pelo ar, a próxima substância em densidade menor. Ele é sugado pelas espirais em forma de saca-rolhas como nos vórtices, em um ritmo pulsante e sob tensão. Isto é, como uma força direcionada para o centro de um corpo trabalhando positivamente. (Schwenk, 1982:43)

O vórtice é uma parte que se move dentro de um todo que também se move; ele tem seus próprios ritmos, forma suas próprias camadas internas. Funciona como uma entidade separada dentro do todo de um rio, assim como um órgão dentro de um organismo é uma entidade individual, mas estreitamente integrado com o todo. Todos os diferentes estágios da formação de um vórtice, desde o começo da sobreposição até o enrolar completo nas camadas da água, servem à criatividade formativa da natureza. Durante o curso do desenvolvimento de um organismo, cada um de seus órgãos passa pelo estado líquido. Os processos formativos na natureza são imaginados em primeiro lugar como movimentos da água e do ar. A água corrente e o ar movente testemunham o grande método de gênese da vida. A espiral em movimentos ascendente e descendente se complementam. A aparente oposição conjuga-se em um objetivo comum: a complementaridade das forças antagônicas.

CONCLUSÃO

Schwenk compreende que o verbo universal que engendra o humano e toda natureza exprime-se no movimento e imprime sua forma matricial por intermédio da luz, do ar e da água. Para Rudolf Steiner: “O homem tal como ele nos aparece é uma forma finita; mas esta forma é originária do movimento. Ela foi engendrada por formas arquetípicas que se compuseram e decomposeram. Não é o móvel que nasce do imóvel; é o imóvel que tem sua origem dentro do móvel. Pela euritmia, nós retomamos este movimento primordial”. (extrato da conferência de 24 de junho de 1924 apud Catalão, 2006).

Em que e como os movimentos criativos na natureza podem inspirar os movimentos criativos no mundo da cultura? Theillard de Chardin nos fala de uma complexificação e interiorização crescente que orienta os processos criativos da vida na Biosfera e que se intensifica e reiventa-se no mundo da criação humana, o que ele denomina de Noosfera. Para Prigogine (2003), a criatividade humana enraíza-se na criatividade da natureza, expressa na capacidade do vivo reinventar-se diante do desequilíbrio que é parte constitutiva do fenômeno da vida. Para Maturana e Varela todos os seres vivem em auto-criação permanente



e constroem estratégias para enfrentar ou contornar as dificuldades ambientais, a este processo eles denominaram como de autopoiesis.

Essa flexibilidade do vivo depende fundamentalmente do elemento líquido. A água modela o barro e a rocha e nos seres vivos ela é a base do sistema circulatório que faz interagir todas as funções vitais que são animadas pela respiração. O ritmo marca a frequência e a diferenciação em cada ser.

Ao observamos as múltiplas funções da água nos processos vitais podemos perceber como a água é o elemento de mediação entre as formas etéreas do ar e a densidade do elemento terra. Considero que para a educação ambiental, a água é um tema emblemático que funciona como uma ponte de passagem entre os registros da natureza e da cultura e como traço de união entre subjetividade e objetividade, entre reflexão e manifestação. Dos movimentos da água podemos desprender uma ecopedagogia que se constitui da fluidez, dos ritmos e das alternâncias, da aceitação e inclusão das diferenças, da flexibilidade, da visão sistêmica, do pensamento reflexivo e do movimento contínuo que alterna permanência e mudança. É a materialidade deste elemento que engendra sua constituição simbólica na outra face de Narciso que é a cultura. O que chamamos ecopedagogia da água caminha nesta direção.



LA CULTURA DEL AGUA: LECCIONES DE LA AMÉRICA INDÍGENA

Ramón Vargas

Escuela Sindical Marina Vilte - CTERA y Programa Hidrológico Internacional de UNESCO

RESUMEN

Se presentan los principales contenidos del libro “La Cultura del Agua: lecciones de la América Indígena”. Se propone una definición de la cultura del agua que permita enfrentar los desafíos de presentes y futuros de nuestras sociedades. Si es cierto que hay una “crisis del agua” es necesario comprender que ella será la “crisis de la vida”.

Este libro propone construir un “**objeto conceptual**”, que denominamos **cultura del agua**. Es decir, un concepto que nos permita acercarnos a la realidad compleja que surge de la relación agua y sociedad. Y proponemos acercarnos desde la base del **Agua Aborigen (ab-origene)**, que está desde los orígenes, que es primordial, de la que nace la creación y la posibilidad de regeneración de una nueva humanidad, como nos narran los mitos y libros sagrados de distintas culturas y religiones de nuestra América y del resto del mundo.


Intentamos hacerlo desde el aporte de las distintas miradas de pensadores de nuestra América, que desde lugares diversos del pensar y el hacer, buscan quitarnos el miedo de ser nosotros mismos. Y también sumamos el aporte de pensadores de otras culturas y continentes que se han adentrado en el hermoso desafío de construir un mundo mejor.

NOTA BIOGRÁFICA SOBRE EL AUTOR:

Es licenciado en Geología especializado en el desarrollo y planificación de los recursos hídricos y desarrollo rural. Dirigió uno de los programas más importantes de estudios hidrogeológicos en Argentina. Realizó actividades en el campo del Desarrollo Regional y Local, desde funciones de Subgerente de Proyectos Sociales en un Banco de Desarrollo de la región Nordeste de Argentina. Ha colaborado con el Programa Hidrológico Internacional de UNESCO de 1980 y actuado como consultor externo de diversos programas del sistema de Naciones Unidas. Ha sido Autoridad del Agua en la Provincia del Chaco durante 7 años. Es co-autor del Manual Agua, Vida y Desarrollo de UNESCO, dictando cursos y talleres en más de 8 países de América Latina. En este momento colabora y asiste a ONG's y Movimientos Sociales en temas de agua y ambiente; y en proyectos para población indígena y campesinos pobres. En el Programa Hidrológico Internacional de UNESCO colabora como Coordinador Regional para América Latina, del Programa de Cultura del Agua y del Atlas de Cultura del Agua de América Latina.

PONENCIA

El libro “La Cultura del Agua: lecciones de la América Indígena”, que está siendo preparado para su impresión dentro del Programa Hidrológico Internacional de UNESCO, surge como una continuación necesaria a la publicación de la obra compartida con Nidia Piñeyro denominada “El Hidroscopio” que es un intento de resolver en un **proyecto metodológico la reflexión y la acción participativa para una cultura democrática del agua**. El libro que presentamos en esta ponencia es un intento por aproximarnos al desarrollo sustentable desde **un proyecto ético por la vida**.



Llamamos **'cultura del agua'** al conjunto de modos y medios utilizados para la satisfacción de necesidades fundamentales relacionadas con el agua y con todo lo que dependa de ella. Incluye lo que se hace con el agua, en el agua y por el agua para ayudar a resolver la satisfacción de algunas de estas necesidades fundamentales. Se manifiesta en la lengua, en las creencias (cosmovisión, conocimientos), en los valores; en las normas y formas organizativas; en las prácticas tecnológicas y en la elaboración de objetos materiales; en las creaciones simbólicas (artísticas y no artísticas); en las relaciones de los hombres entre sí y de éstos con la naturaleza y en la forma de resolver los conflictos generados por el agua. La cultura del agua es por lo tanto, un aspecto específico de la cultura de un colectivo que comparte, entre otras cosas, una serie de creencias, de valores y de prácticas respecto de ella.

En este camino sigue quedando la tarea de comprender los medios y modos en que nuestras culturas originarias habían resuelto sus problemas de agua. Hay algo que podemos aprender de estas culturas que nos puede servir para lograr mejores resultados. No es una vuelta al pasado sino una búsqueda desesperada de caminos que nos lleven con mayor seguridad a la armonía social y no al conflicto, dado que por el camino que vamos ni sus propulsores tienen confianza de llegar a buen término. Ocurre que se sigue insistiendo con más de lo mismo y es muy difícil que las cosas cambien por las cantidades. En general los cambios están más ligados al cambio de las cualidades.

La ciencia siempre ha tenido dos caminos posibles: perfeccionar lo ya establecido o buscar otros rumbos. Ser eficientes en caminos equivocados nos lleva más rápido donde no queremos ir y en todo caso hay mucha gente trabajando en ello. ¿Pero cuántos recursos se vuelcan hacia los nuevos territorios a descubrir? ¿Será el momento en que tengamos que descubrirnos nosotros mismos... después de quinientos años?

Es posible que nos estemos perdiendo una enorme oportunidad al seguir subvalorando el aporte cultural (conocimientos, sistemas de creencia, valores, modos de vida) de los pueblos más antiguos y de los pueblos actuales; éstos que nuestra lengua nombra con algunos pocos y hostiles adjetivos: "primitivos", "salvajes", "indígenas", "del pasado", "infantiles", "ignorantes", "supersticiosos"...

También hay mucho que aprender de los actuales "salvajes" que se animan a cuestionar desde distintos lugares del saber, de los procesos sociales o de la simple actitud del ejercicio de una ética cotidiana los cimientos mismos del mito del "crecimiento infinito" que impone la hegemonía dominante de la "globalización".

Debemos reconocer que en el conjunto de nuestra América, el proceso llamado "Civilizatorio", del proyecto de la "Modernidad" oculta su lado oscuro: el de la colonización. En realidad fue y aún es un proyecto para un mundo modernizado /colonizado, que hoy se continúa en la postmodernidad y la colonización globalizada.

Es más que nada una propuesta para buscar las preguntas adecuadas. Ellas orientarán las respuestas. Estamos convencidos de que en la diversidad de respuestas culturales respecto al agua, tanto del pasado como del presente, podemos encontrar algunos caminos perdidos o nuevos caminos para enfrentar la **"crisis del agua"**, que no es ni más ni menos que la **crisis de la vida**. Es decir, nuestra crisis civilizatoria.

Es muy interesante observar que desde los sectores de la gestión del agua (administradores, gerentes, profesionales de las instituciones encargadas de la gestión del agua y de la provisión de servicios) se están generando iniciativas para conocer la historia de los usos del agua de una región o país; o se están impulsando los programas de concientización bajo la denominación 'Programas de Cultura del Agua'. Es más, tal es la necesidad de cambio en los comportamientos, que se llegan a proponer acciones dirigidas a públicos escolarizados en todos los niveles, intentando lograr de algún modo los impactos obtenidos en otras temáticas como la "educación vial" o "la educación para la salud". Esto no hace ni más ni menos que reconocer que las disciplinas duras, que se han apropiado del manejo del agua, se sienten un tanto impotentes para intervenir en los aspectos "sociales" o "culturales" del agua.

Por el lado de las ciencias sociales el tema ha sido tomado desde hace mucho más tiempo, con distintos enfoques y denominaciones, producto de la propia evolución de estas disciplinas y también de las miradas y paradigmas escogidos para describir o explicar los objetos de estudio de estas disciplinas.

Distintos científicos sociales de la antropología, de la sociología o de la historia hacen referencia a sociedades o estados hidráulicos, civilizaciones hidráulicas y en ellos mencionan la cultura hidráulica o del agua de tal o cual pueblo. Sin embargo, el término ha sido utilizado sin darle una clara definición como sí lo tienen otros semejantes de la antropología: “cultura lítica”, “cultura textil”, “cultura de la selva”, “cultura de pescadores y recolectores”, etcétera.

También es interesante insistir en que mucho de esto tuvo que ver con los valores que pernearon las distintas épocas en que estas investigaciones se realizaron.

En general, sólo en los casos en que el uso del agua generó obras físicas importantes, la antropología, en sus distintas ramas, registró la presencia de las mismas como un elemento significativo de la “cultura material” de esos pueblos y optó por denominaciones como “Civilizaciones Hidráulicas” y en nuestro caso “Altas de Culturas de América”. En ambos casos, muy atraídos por el enorme desarrollo del poder imperial, la presencia de oro y plata y la construcción de centros administrativos y ceremoniales de envergadura.

Esto tiene su explicación en el valor que nuestra sociedad moderna le asignó a la tecnología material, como generadora de “progreso”, “desarrollo” y “crecimiento” asociado automáticamente al “bienestar de la sociedad”. En definitiva sustentado en el mito de occidente del “progreso infinito”, que no implica progreso moral y ético de los pueblos.

Hoy, cuando este desarrollo tecnológico y económico nos está acercando a los “límites del crecimiento” y de la “sustentabilidad” – según la época en que se describió la “crisis anunciada”- vale volver la mirada sobre nuestros propios modelos de pensar, producir conocimientos, organizar instituciones, valorar las relaciones entre los hombres y de éstos con la naturaleza.

La enorme cantidad de alertas y propuestas de cambios de paradigmas que han surgido en distintos campos del saber y del hacer, nos inducen a prestar atención a este nuevo campo conceptual que proponemos.


Al decir que lo que se presenta es una propuesta, es porque tenemos el profundo convencimiento de que la **cultura es la matriz** en que se forjan las sociedades que forjan la cultura. Hay una profunda y mutua relación que se está debilitando al compás de los cambios científico – técnicos y de los avances de los procesos de globalización.

Estos procesos de cambio en los que se produce una brecha cada vez más grande entre los aparatos de poder y científico técnico respecto de la cultura, nos están llevando cada vez más cerca de la “sociedad de riesgo”, si es que ya no estamos inmersos en ella y aún no queremos darnos cuenta...

La propuesta parte de la convicción de que:

- Todas las sociedades han tenido y tienen una cultura del agua.
- El carácter aborígen (ab origine) y vital del agua adquiere una relevancia tal y significación para los pueblos, que a diferencia de los conflictos por los otros recursos naturales, será motivo de un profundo cambio de paradigma civilizatorio.
- La cultura del agua del futuro será parte de una cultura democrática o no habrá paz.

Muchas de las razones más lógicas, de las racionalizaciones más brillantes, mueren en el camino de las buenas intenciones cuando chocan con los obstáculos imperceptibles pero poderosos de la matriz cultural y socio política que construye identidades, exclusiones, dominadores y dominados, extrema riqueza y extrema pobreza, apropiaciones de recursos para la vida y hasta de la vida misma.



El acceso a la problemática del agua de nuestros pueblos tiene un significativo lazo con todo lo que no es el agua, fundamentalmente con el conjunto de necesidades fundamentales. Por ello, mucho antes de llegar por la vía de la racionalidad operativa del “agua sectorial” es necesario comprender que el agua es un satisfactor que incide directa e indirectamente en la vida – por presencia y por ausencia -mucho más de lo que se supone. Es el agua que está al origen de toda la vida y de toda la cultura. Es el agua aborígen.

Entendemos que el camino propuesto de la matriz de las necesidades fundamentales y el agua como satisfactor sinérgico da un vuelco conceptual y un cambio de paradigma al pensamiento dominante. Esto nos habilita un nuevo marco para reflexionar cómo salir de la “crisis del agua”, que para algunos no es ni más ni menos que la “crisis de la gobernabilidad” y que para nosotros sería la “oportunidad y potenciación del empoderamiento”, de la ciudadanía del agua o democracia del agua, procesos imposibles de cristalizar sin una verdadera democracia política.

Hacer visible el inmenso repertorio de estrategias de vida de nuestras culturas nos hará visible que también hoy tenemos la posibilidad de crear otras alternativas a los modelos vigentes. La matriz de necesidades humanas fundamentales y el repertorio de los satisfactores diversos, para las diversas realidades, de nuestras diversas identidades. Se debe reconocer que la forma que adquieren los satisfactores puede generar sinergias positivas o pueden ser inhibidores de la satisfacción de otras necesidades. Potenciar los efectos de otros satisfactores optimizan recursos, logran mayor eficiencia y maximizan el bienestar, la autonomía, la libertad, la trascendencia, en definitiva la satisfacción del conjunto de las necesidades humanas fundamentales.

Salimos a soñar, esa otra forma del conocimiento que tenían y tienen nuestros pueblos. Salimos a buscar el agua de los sueños, de nuestros sueños y el de nuestros hijos.

DECONSTRUCCIÓN Y RECONSTRUCCIÓN DE NUESTROS SABERES EDUCACIÓN POPULAR Y DIÁLOGO DE SABERES DE LA ARIDEZ DEL AGUA HACIA EL AGUA BOA

Prof. Carlos Galano

Director Posgrado Educación Ambiental para el Desarrollo Sustentable UNC EMV

Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Rosario.

Escuela de Educación y Formación Ambiental Chico Mendes. Rosario. Argentina.


INTRODUCCIÓN

El Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata ha sido constituido para "responder a los desafíos socioambientales globales, regionales y locales" de una región marcada por asimetrías e interculturalidades. Deben destacarse los ejes para la reflexión y acción narrados en la propuesta y que se fundan en la fragua de la cooperación y la sustentabilidad. Esos ejes se convierten el argumento de una concepción de la región y del saber, de la política y la integración, de una diferente geopolítica del conocimiento y trazan derroteros signados por la ética de la sustentabilidad.

El agua como tema integrador; La cuenca del Plata como territorio operacional; El Pensamiento Ambiental como marco conceptual de la acción; la Educación Ambiental como movilizador social y la construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización. Esa matriz conceptual palpita al conjuro del núcleo conceptual del Pensamiento Ambiental Latinoamericano sustentado en la idea fuerza de "repensar el pensamiento, des-saber lo sabido y construir los inéditos posibles".

El agua podrá ser el caudaloso camino hacia la vida y la integración, solamente si su abordaje rompe la alianza con el relato galileano, fundado en la matematización de la naturaleza, lenguaje meramente estadístico al servicio del paradigma lineal y simplificador de la racionalidad instrumental. La Cuenca del Plata emergerá como un espacio operacional, destinado a la articulación y el diálogo intercultural, si desteste la espacialización descontextualizada impuesta por la geografía fragmentadora de la colonización disciplinar. El Pensamiento Ambiental habitará las utopías emancipadoras, si es fecundado en la encrucijada latinoamericana, por las aguas reparadoras de la nueva ciencia, las cosmovisiones de los pueblos originales, las culturas populares y el legado emancipatorio de nuestra historia irredenta historia, escondido en los pliegues, entre otros, de las visiones bolivarianas, artiguistas y martianas. La Educación Ambiental pondrá en marcha la construcción de nuevos sentidos existenciales, con las gramáticas del proceso complejo de deconstrucción-reconstrucción, arraigado en el humus de la complejidad ambiental. La Educación Ambiental deberá retraducir los códigos desertificados de la Epistemología Clásica, tan divorciada de la naturaleza, considerada como mera ajenidad, en lenguajes plurales capaces de percibir las sinergias complejas de la relación cultura-naturaleza, con la constitución de una nueva racionalidad expresada en la Epistemología Ambiental. La construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización, se fraguará en la forja democrática y participativa de la Educación Popular Freireana, deberá confrontar irreductiblemente contra la Pedagogía Gris de la Modernidad, revestida en los umbrales del siglo XXI, todavía, con la frígida mortaja del Pragmatismo Neoliberal.

El Centro de Saberes y Cuidados Socioambiental de la Cuenca del Plata ha abierto las compuertas para que fluyan incansablemente las aguas de las búsquedas. Estos tiempos de búsquedas están rodeados,



nos damos cuenta, por “el cansancio del desencanto en la periferia latinoamericana”, como dice De Souza Santos. Pero también sabemos que, desde los socavones de los lindes de la región, como en este lugar de pulsiones irrefrenables, deambulan relocalizaciones diferentes del ser y del saber, medida por los arrebatos de la diversidad, la pluralidad y la “re-existencia” de lenguajes silenciados y culturas subyugadas. Son tiempos de reconfiguración identitaria plasmado en los mares de contextos cuyos paisajes cobran sentidos integrativos en el imaginario de la sustentabilidad. La territorialidad de la Cuenca del Plata, como construcción histórica del diálogo entre ecosistema natural y diversidad cultural, deberá abrirse a otras exploraciones del saber, podrá erigirse en faro referencial de otros mundos de vida y diversas prácticas políticas y sociales, si es repensada desde una Hermenéutica Ambiental, potenciando los procesos interpretativos de deconstrucción- reconstrucción. Este lenguaje cobra el horizonte esperanzador de una nueva mirada, porque sabe que el enraizamiento en el corazón acuífero de la cuenca, puede rescribir las retóricas de los tiempos insustentables en una nueva narración participativa cincelada por el Paradigma Ambiental.

EL ORIGEN DE LA CONTAMINACIÓN

Avanzar en el sentido bosquejado implica abrir los rumbos de la Ética de la Sustentabilidad, como enuncia el Manifiesto por la Vida, como un proceso en el cual “el derecho inalienable de los pueblos a su ser cultural debe llevar una nueva ética de los derechos de los pueblos frente al Estado. La ética de la sustentabilidad abre así los cauces para recuperar identidades, para volver a preguntarnos quienes somos y quienes queremos ser ES una ética para mirar y volver a nuestras raíces. Una ética para reconocernos y regenerar lazos de comunicación y solidaridad desde nuestra diferencia y para no seguir atropellando al otro”.

Avanzar en este sentido, como lo plantea Hinkelammert, es desbrozar el camino mediante el develamiento de los complejos procesos culturales y del encubrimiento ideológico al que hemos sido sometidos por el Pensar Hegemónico. Esta mirada se convierte en una concepción de la política en orden a su reconstrucción desde las orillas de la Ecología Política. Las subjetividades nacientes de ésta inédita conciencia política y ciudadana, no se subsumen en las miserias indecentes del consumismo indecente y si, en cambio se abren esperanzadoras a una inesperada y novedosa convivialidad de los mundos de vida. Es el desafío en marcha de Ambientalizar la Vida.

Sabemos que la Cuenca del Plata es una inmensa región de humedales, de suelos promisorios y vegetación indescrutable, desplegada con una biodiversidad invalorable por más de 3 millones de Km². También podríamos agregar que esta cuenca compleja está imbricada en los repliegues de cuatro subcuencas: del Plata; Paraná-Paraguay; Uruguay y la de los tributarios andinos. Esta subyugante geografía se despliega por Bolivia, Paraguay, Brasil, Uruguay y Argentina configurando una espacialización de identidades múltiples.

El nombre Plata, adjudicado a los conquistadores del renacimiento encierra ya la naciente concepción del mundo y del conocimiento, devenida luego en la Modernidad Insustentable y en su artefacto de legitimación por antonomasia, la ciencia cartesiana newtoniana. Desde los bordes del pensamiento innovador, respecto al Paradigma Medieval, implantado por la Razón Cartesiana se derrumban dogmas irreductibles y en los nuevos discursos dominantes implantados por el iluminismo del progreso perpetuo, se reelaboraron discursividades sociales, culturales y económicas con los tonos de la Razón Instrumental, racionalidad que opaca lo complejo y le coloca la etiqueta de objetos transables a los bienes naturales.

A partir de es visión la modernidad enhebra el entramado de un lenguaje sobre el mundo y los mundos de vida, otro discurso sobre el pensamiento instrumentalizado expresado por incontables filósofos, científicos y artistas, diagramando desde el mecanicismo la atmósfera vital de un nuevo paradigma epocal. Ese camino pavimentó una senda inexorable por la depredación descomunal de la riqueza americana, que fluiría impetuosa sobre el vientre hambriento del capitalismo naciente. La plata amerindia encendió

los vientos nacarados de un proceso de acumulación al servicio de una racionalidad centrada en la búsqueda esquizofrénica del beneficio.


El instante crucial de la llegada de los europeos a la región del Plata se ha convertido en la metáfora profética de las centurias posteriores. Apenas bañarse en las dulces aguas amarronadas el europeo la tiñe con algunos de sus ritos iniciáticos. Los cristianos de la Reforma, Contrarreforma y el Renacimiento, dejaban en el suelo de una pequeña isla frente a costas orientales y de recuerdos dolorosos para los argentinos, el prefacio de anuncio de un Ethos escarnecido. El símbolo mortuario de una tumba escenificaba una liturgia de muerte. Esa sepultura se convirtió en la huella más antigua de la naturaleza y la cultura de la cuenca, reinventada desde los saberes sometidos a la lógica perentoria de la mercancía.

Siglos después, alrededor de 1880, narra E. Rosenzvaig, el naturalista Jorge Fontana vio como los últimos Payaguás, pueblo originario del Chaco, canoeros de los grandes ríos Paraguay y Uruguay, vivían las vísperas de la extinción. Este pueblo vivía, dormía y amaba sobre el agua. Fontana pudo observar a los últimos diecisiete miembros de la tribu. La lengua Payaguás resultaba la más difícil del mundo, quizás por estar hecha de palabras pronunciadas bajo el agua. Después de infinitas derrotas fluviales, Fontana los observa como invadidos de la tristeza de la desaparición, callados, el cuerpo inmóvil, preocupados por acontecimientos remotos que les causan pena y de movimiento en armonía de la gravedad. Son los últimos. Hace años que no pelean para no perder a ninguno de los suyos. En el grupo quedan cinco niños que parecen viejitos. No juegan. Se está velando a un adulto y los llantos se arrastran noches y días. Parece no el entierro de un hombre sino de una nación entera, dice el naturalista, la extinción de una especie. Porque la curva de la fertilidad en los sexos ha descendido dramáticamente con la angustia. Es difícil nacer. Parece el entierro de un mundo, y el naturalista se despide para siempre de esa cultura, anotando sin ánimo algunas palabras acuáticas en su libreta. Apenas un gesto.

En ese gesto subyace un legado impostergable, la herencia de esos lenguajes de agua deber ser recuperada, reconstruida. Es un proceso pedagógico el que nos interpela. Desde esta pedagogía habrá que ponerle nombres a los silencios antropológicos. Las voces acalladas serán audibles si se deconstruye el decorado conceptual que les silenció y tornó invisible su existencia. Nuestras nuevas voces tendrán el aliento de la voz cultural del agua recuperada desde los manantiales acuosos de la Cuenca del Plata. Ese gesto se inscribe en nuestro propio gesto. Ese gesto incolmable será el atractor que inscriba en el imaginario de la cuenca, el sonido del agua de los paraguas, gesto que dará sentido intercultural al clamor del agua boa, para darle cuidados socioambientales a la Cuenca del Plata.

La gestualidad que patrocinamos tiene un marco epocal. Ese marco es la crisis ambiental, crisis civilizacional, como dice el Manifiesto por la Vida, es una crisis que focaliza la atención en los conflictos socioambientales, amplificando sus resonancias estremecidas por el presentimiento del final, por esa sensación tan difundida de un tiempo que termina y de algo que todavía no acaba por nacer o hacerse presente. Este escenario se codifica con desencantos, pérdida de sentidos, muerte de las referencias fundacionales. El aparato tecnocientífico desbordado de los cauces de la bioética no es ajeno a esta desolación, aunque se autoimponga como esencia social la simulación del bienestar.

Los siglos modernizantes, trasegados por décadas y centurias de racionalidad instrumental, se convirtieron en una danza embriagadora de asentamientos europeos en la piel de la Cuenca. No sólo quedaron labrados en signos geográficos difusos los bordes excluyentes entre España y Portugal, fagocitando en orgía goyesca, la de las pinturas negras, a las culturas originarias. También en esos siglos Ilustrados, siglos de la consolidación del Pensamiento Científico de la Modernidad y del Derecho Positivo del constitucionalismo actual, quedaron labrados, en los pliegues laberínticos de esta "comarca de las aguas", las heridas insustentables del fáustico Progreso, de su visión lineal y reduccionista y del conocimiento insularizado en disciplinas de conocimiento, que terminaron embarrando las relaciones complejas del real. El reino de las disciplinas ha conocido durante su imperio varios reinados. Al principio fue el de la Física Mecanicista. Desde mitad del siglo XX la Economía se convierte en la emperatriz del modo de pensar y producir



hegemónicos. Su lenguaje imperial contamina y degrada los decires de los demás reductos disciplinares, en especial el de la educación, la pedagogía, las ciencias sociales en general. También el territorio de la Cuenca del Plata fue objetualizado por el monoteísmo temporoespacial de la lógica economicista, deidad que le exigió a sus fieles, el cumplimiento fatal del arrasamiento de la biodiversidad natural y el aniquilamiento impiadoso de la diversidad cultural.

Tiempo matematizado en aras de mediciones cuantitativas inexorables, para que el espacio euclidiano, espacio despojado de los sentidos de la vida, fuera rotundamente cartografiado por la eficiencia productivista. El espacio se reviste de ropajes apolíneos para dar cuenta de la saga fáustica del progreso. La Cuenca del Plata expresa en su creciente visibilidad los rasgos sustantivos de la Racionalidad Instrumental. Su ontoepistemología se reduce a la construcción de un espacio ensimismado en la patología del ser en estado de unicato económicos.

Las venas de la cuenca, en los tiempos de la colonialidad, ofrecieron los canales para el tránsito apresurado del pillaje. Luego, los ríos fueron nostálgicos organizadores de los ciclos agrícolas y extractivos. Ya en el siglo XX se subordinaron al mito del progreso tras la fascinación del crecimiento industrial, producción de energía e intercambio comercial.. En otros momentos desgarradores del siglo anterior, la Doctrina de la Seguridad Nacional, profanó las aguas, ritualizando en la cuenca la dramaturgia del dolor infinito. Ahora mismo, los ojos lívidos de la Cuenca del Plata lanzan una mirada desmesurada y temblorosa ante el rostro sucio, con aliento a muerte de IIRSA y la extensión del “Latifundio Genético” portador de desconsuelo para la biodiversidad natural y productor de Refugiados Ambientales.

OTRA HERMENÉUTICA SOBRE LA CUENCA

El imaginario de la Cuenca del Plata es una encrucijada amasada de agua y diversidad cultural. Su prosapia aclama la levedad de sus sueños inconclusos y la vigilia esperanzada de tiempos sustentables. Inscripta en el alma de su ser, cincelada de diversidades radicales, como suspendida de crepúsculos y alboradas, se asienta inexorable el sentido de ser la “Comarca del Agua”. Agua vecina de la filosofía, cercana a los sentidos de la cultura, címbalo de voces plurales, sutil revelación de la vida. La Cuenca del Plata es una Geografía de espesores, territorio de márgenes difusos y corazón tumultuoso. Ciertamente parece una descripción con rumbos poéticos. Y claro que lo es. Como lo es su cartografía modernizante despoetizada por cosmovisión racionalista antropocéntrica, circuncisa de sobreeconomización e hipertecnologización, atributos instrumentales del ecocidio.

Profundizaremos este acercamiento a la problemática de la Cuenca del Plata desde la atmósfera de la Crisis Ambiental. La crisis Ambiental, como comentamos más adelante citando al Manifiesto por la Vida, es una crisis civilizatoria. Es la Crisis de un modelo económico, tecnológico cultural y del conocimiento”. En lo expuesto anteriormente, en el proceso de los ciclos, desde los umbrales marcado a fuego por los anuncios renacentistas e instrumentales, yacen en la cuenca, los discursos que deseamos analizar y las retóricas que emergen impulsadas por los vientos nuevos de abajo, de los vientos insuflados por la incertidumbre implacable vociferada por la entropía de la metástasis del mal. La Cuenca del Plata ha dibujado una urdimbre cuya dialéctica se asemeja a un palimpsesto epocal que habremos de interpretar.

Nuestra hipótesis, regada por las retóricas de los cambios originados en las ciencias contemporáneas, especialmente los remezones del pensamiento engendrados desde la formulación de la Ley de la Entropía y la Física Cuántica, y fecundada por los afluentes latinoamericanos de las cosmovisiones de los pueblos originarios, de la educación popular freireana, de la teología de la liberación, de las culturas populares y de los movimientos emancipatorios de antigua y renovadas procedencias, conjugan gramáticas de inteligentes ímpetus pedagógicos y políticos, enhebrando energías ambientalizadas, maceradas en pacientes intercambios intra regionales e interculturales, promotoras de una creciente y prolífica conciencia y ciudadanía ambiental.

Simbiosis de debates epistemológicos y políticas ambientalizadas, trazarán desde el Centro de Saberes, senderos abiertos a la señalización del futuro, con el fin exponer el estado de la Educación Ambiental en la región, con la idea fuerza de arraigar, desde procesos plurales de capacitación intrasocial e intercultural, una nueva territorialidad cementada con cuidados socioambientales. Se podrán bosquejar, seguramente, horizontes novedosos, para construir relatos de mejores destinos pedagógicos, en oposición a las miserias conceptuales de la Pedagogía de la Certeza. Nuevas tramas curriculares para la dimensión formal de la educación y también para las prácticas sociales no formales e informales, como senderos inexplorados que puedan germinar en alternativas y en una praxis de la Educación Ambiental en condiciones de escribir alfabetos cooperativos y emancipatorios.

Sin embargo, desde los bordes hegemónicos del paradigma cultural dominante, de su pensamiento único traducido aún en lo cotidiano por el modo de comer, de producir, de consumir, de hacer el ocio, de organizar los espacios urbanos por imperio de la lógica inmobiliaria, de transgenizar la vida y el futuro, en la cuenca del Plata aparecen contundentes las heterogeneidades descalificadas por los dogmas de las ciencias clásicas, apostando a la pluralidad de la vida y al legado imprescriptible de arraigarse en sus territorios de significación cultural, codificándose en voces epifánicas que anuncian otro saber, con aromas a complejidad ambiental, otra racionalidad pluralizada en los mares de la racionalidad ambiental y otra ética arraigada en las historias diversas de la ética ambiental.

BORDES DE LA CUENCA: EL ADENTRO Y EL AFUERA

Habitamos los crepúsculos de una etapa sociohistórica signada por la patología mortal de la depredación de la naturaleza y el aniquilamiento de la diversidad cultural, cuyo rostro más patético fuera ostensible en el corazón del siglo XX. Se acentúa en ese siglo el proceso el crecimiento económico en el marco de un acelerado fenómeno de desterritorialización, modernizándose, en lenguaje de los profetas neoliberales, la articulación de la región en el seno de la globalización, troquelados con la característica de estados nación en el tobogán del debilitamiento. También incluimos en esta idea a la reflexión sobre la cultura, que ha sido violentamente exiliada a los socavones de la existencia, pues se intenta borrar de la memoria de la cuenca y también del planeta la radicalidad de la diferencia sobre la que reposa la misma naturaleza de lo simbólico y biológico.

Desde siempre, los lenguajes de los tiempos tempestuosos de crisis alcanzan las voces descarnadas de sus incertidumbres, de sus desencantos, pero también encierran los presagios de una esperanza recóndita y liberadora capaz de fraguar el imaginario de nuevos rumbos y otros mundos. El porvenir indeterminado que nos promete, reaviva la mirada para volver hacia el origen de los fundamentos en crisis y desafía al sujeto para que se convierta en protagonista de la construcción de los futuros posibles.

La propia palabra ha sido subordinada en su potencia comunicativa y transgresión creativa a la árida e interminable meseta de la racionalidad instrumental y su lógica contaminante, hasta transformar en ficcional los sentidos del conjunto de los mundos de vida. La 2ª posguerra mundial aceleró vertiginosamente esa atmósfera insostenible, aún en la embriagadora etapa de sus fastos triunfalistas y reconstructores, se profundizaron los abismos insalvables repletos de desigualdad entre Norte y Sur, entre Primer Mundo y Tercer Mundo. Desde la década de los 60 la cuestión de la crisis ambiental comienza a ser parte recurrente y confrontativa de la agenda internacional, y la Cuenca del Plata expresada en las preocupaciones de la agenda, comienza a tener remezones de tonos ambientalistas.

Como dice el Manifiesto por la Vida “La pobreza, la injusticia social son los signos más elocuentes del malestar de nuestra cultura, y están asociadas directa o indirectamente con el deterioro ecológico a escala planetaria y son el resultado de procesos históricos de exclusión económica, política, social y cultural... La ética para la sustentabilidad enfrenta a la creciente contradicción en el mundo entre opulencia y miseria, alta tecnología y hambruna, explotación creciente de los recursos y depauperación y desesperanza de miles de millones de seres humanos, mundialización de los mercados y marginación social”.

EL PAISAJE CONTEXTUALIZADOR DE NUESTRA REFLEXIÓN

Culmina con los estertores nauseabundos del siglo XX una estrategia de destrucción-aniquilamiento, mascarón de proa de la ideología fundada en el individualismo posesivo, en el unicato del pensamiento, en el fin de la historia, en la absolutización metafísica del mercado, en la neutralidad científica y tecnológica, en la vergonzante definición de la naturaleza como canasta de recursos, en la inhospitalaria negativa de pensar lo otro como otredad. Desmontar y deconstruir estos mandamientos antieróticos es un desafío ético y una convocatoria amorosa. Es el curso irrefrenable para la construcción de sociedades sustentables y territorios amistosos. Territorialidad celebrada por los augurios de un nuevo contrato civilizacional “basada en el aprovechamiento de fuentes de energía renovables, económicamente eficientes y ambientalmente amigables. Ya el viraje del paradigma mecanicista al ecológico se está dando en la ciencia, en los valores y actitudes individuales y colectivas, así como en los patrones de organización social y en nuevas estrategias productivas”.

En esta esquina del análisis, es necesario decir que la globalización neoliberal ha generado un infinito e inacabado proceso de vulnerabilidades, expandiéndose, mutilante y arrasadora, sobre los suelos despojados por la retórica omnipotente de la razón totalitaria. Desde ahí, como metástasis del mal desafortado, impregna todas las dimensiones de la cultura, incluyendo de modo estratégico la colonización neoliberal del pensamiento, que se desliza subrepticamente en los repliegues conceptuales de la Cuenca del Plata.

Esta cosmovisión ha impactado en el conjunto de los actores económicos y financieros, en la educación y la política, y también se ha infiltrado en los intersticios de la vida cotidiana, larvándose casi invisiblemente en una narrativa megaordenadora de los mundos de vida, sensibilidades y conversaciones de una sociedad insularizada. Con una táctica de desconocimiento-vaciamiento el repertorio superficial y frívolo de los mass-medias, aliado estratégico del poder concentrado, sientan las bases indiscutibles de la filosofía del consumo depredatorio y de la cultura integral del despilfarro.

DECONSTRUCCIÓN DEL MECANICISMO. CONSTRUCCIÓN AMBIENTALIZADA

Desmontar la concepción mecanicista del saber, fregada durante una época prolongada y que aún anida al interior de los ámbitos científicos y disciplinares, escritos con retóricas economicistas y utilitaristas está en el centro del deseo que debe pedagogizar la Educación Ambiental. Esas escrituras unidimensionales, trasegadas por la esquizofrenia cultural fragmentadora, le han impedido al pensamiento pensarse en su complejidad, en sus incertidumbres, en su permanente y cambiante provisoriedad, en su historicidad. Ingresar al universo de la complejidad ambiental implica borrar las letras inertes de la simplificación y rescribir las prácticas sociales con las graffas interdisciplinarias de la Educación Ambiental.

Los tecnócratas de la economía de mercado, invadidos de febriles ensoñaciones casuísticas, imaginan o fantasean que todo se comporta como partes insularizadas sin relaciones e interdependencias. Creen que los ríos pueden ser mutilados, encorsetados en nuevos recorridos sin afectar la intimidad de la vida y el todo complejo. Ponen en marcha, en el corazón de la cuenca, la expansión de la frontera agropecuaria, eliminando todos los obstáculos, sean materiales o simbólicos, para transformar el suelo de una subregión de la Cuenca, en un inmenso océano de Soja Transgénica, cual “Latifundio Genético” como postula Carlos Porto. La hiperespecialización imagina que la compleja dialéctica socioespacial puede reducirse a una premisa básica y abstracta, funcional al monoteísmo de mercado, olvidando que la construcción espacial es un diálogo interdependiente entre procesos entrópicos y neguentrópicos, diálogo de biodiversidades naturales con diversidades culturales.

De este modo los hiperespecialistas, hijos bobos de la simplificación y de la perpetua temporalidad del presente, sé autoinvisten de un saber tecnológico autoexcluyente. Especialistas en un saber descontextu-

alzado, diagraman las cartografías de un imperio de expertos y tecnócratas, donde los problemas se tratan desconectados, desvinculados del todo, olvidando que los grandes problemas, como anuncia el filósofo, son “transversales, multidimensionales, transdisciplinarios y en la época de la globalización, son planetarios”.

Este desconocimiento del conocimiento es el responsable del mundo de injusticias que subvalora a la vida y desconoce las interdependencias sistémicas entre cultura-naturaleza. De ese modo, a veces subrepticio, en los diversos espacios de estudio y decisión sobre el futuro de la Cuenca del Plata, se inscribe la matriz neoliberal y la lógica productivista de la epistemología mecanicista. Este conocimiento es antiecológico, antierótico y antihumano. Ese conocimiento es el que ha construido el mundo que conocemos y simultáneamente lo ha demolido con su racionalidad constitutiva, narrada en tonos de universalidad, absolutos y objetividad neutralista.

Derrumbar el logos de la racionalidad instrumental y cancelar las hipertrofias de la “sociedad saturada” por los oleajes modernizadores que han invadido las entrañas de la vida con la exasperación de la economización y la frigidez de la hipertecnologización de la cultura, se convierte en el peldaño inaugural de los tiempos de deconstrucción construcción. La deconstrucción, proceso imbuido por la praxis participativa de la educación freireana, recreará paisajes ignotos para la justicia ambiental, desde donde se reformularán las dimensiones simbólicas y materiales de los mundos de vida, se resignificarán las memorias y abrevarán otras representaciones de las cosas.


Son escenas constitutivas de una nueva racionalidad, atravesada por los suelos movedizos de la incertidumbre y de lo inédito. Racionalidad Ambiental que subyace a un Saber Ambiental abriéndose crítica y complejamente, hacia tierras fecundadas por la Pedagogía de la Pregunta. Preguntas formuladas desde la esquina de lo desconocido para descubrir las filiaciones plurales de la interculturalidad de la región. Preguntas para acelerar el desmontaje de lo mismo, de lo igual, de la lógica de la repetitividad y proceder al “rearme o reconstrucción conceptual” desde los vientos de la complejidad ambiental. Debemos imaginar, como dice Leonardo Boff, una retirada sustentable de las garras indeseables de la razón totalitaria

AGUA, CUENCA Y TERRITORIO, PENSAMIENTO AMBIENTAL, EDUCACIÓN AMBIENTAL, CONSTRUCCIÓN COOPERATIVA DEL CONOCIMIENTO: DESAFÍO INCOLMABLE

Desmontar el bosque petrificado de las pedagogías de las certezas y sus currículos formales e informales, siempre en estado de ceguera excluyente, es abrir las compuertas de la participación ciudadana para la construcción del saber ambiental. Saber Ambiental fundado en la ignorancia y en la pulsión incontrolable de deconstrucción del mecanicismo. El Saber Ambiental es un saber codificado por las aguas refrescantes de subjetividades autopiéticas y regados por la ética ambiental, que no kantiana, donde el sentido anticipatorio de la otredad, orienta las tramas de la ontología y la epistemología.

Es un saber caminando vacilante por los bordes inescrutables del límite del saber. Un saber ambiental para reimaginar la epistemología desde la textualidad de lo ambiental y seducido por el sismo de la novedad, inclinado a rescribir las miradas pedagógicas populares en sintonía con la construcción de otros mundos posibles. Saber ambiental para guiar el sortilegio del pensamiento y la praxis del hacer, por los caminos del futuro sustentable. Saber Ambiental liberado del pensamiento unidimensional, de la razón tecnológica, todavía enclaves del conocimiento colonizador que suele provocar ciertas confusiones, muchas veces revestidas de lenguajes ecológico y discursos críticos enceguecidos por la razón occidental. Saber Ambiental que remite a otro paisaje de la historia del conocimiento, donde podrán remontarse otros vuelos constitutivos, para dejar paso a un sujeto entramado en otredades y alejado del precipicio instrumental.

La problemática del agua en la Cuenca del Plata debe escabullirse de las trampas economicistas para latir al conjuro de una nueva cultura, cuya filosofía esté en consonancia con los sentidos diversos de una plural



“democracia del agua”, para que “más allá de la utilidad económica del agua en la agricultura, la industria y la producción de energía, los ríos, lagos humedales, bosques y acuíferos desempeñan funciones clave, tanto en la biosfera como para el sustento y cohesión de las comunidades, al tiempo que representan bienes comunes naturales que marcan la identidad de territorios y pueblos”, como afirma la Declaración de Fortaleza.

La Declaración también proclama que “aceptar el reto de la sustentabilidad exige cambios profundos en la concepción de naturaleza, Así como en actitudes y modos de vida; exige entre otras cosas desarrollar una Nueva Cultura del Agua que reconozca los múltiples valores emocionales, ambientales y económicos en juegos, desde enfoques éticos basados en los principios de equidad y sustentabilidad”.

Estos conceptos y hecho de estar en las vísperas asincrónica del Bicentenario de la Independencia nos colocan frente a páginas en blanco para escribir la Historia de la Cuenca del Plata con lenguajes de Historia Ambiental. Esa reescritura estará sembrada de la identidad plural constitutiva y será la expresión del “diálogo de tensiones”, que es la naturaleza del diálogo de saberes. Los sentidos de vida construido desde la diferencia abren las compuertas de la metodología de deconstrucción-construcción, que permita sobrepasar la aridez del agua en aras del manantial del agua boa. Todo proceso de capacitación deberá poner en el ojo de la tormenta dialógica grupal:

- la deconstrucción del saber cosificado sobre la naturaleza y el ser;
- la capacitación abrevará en la conflictividad del locus con el objetivo de permitir la reapropiación de la complejidad ambiental;
- la deconstrucción de las pedagogías de las certezas tan caras a la política y las pedagogías modernas en aras de la pedagogía popular sostenida en los principios de diversidad y Contextualización;
- la reconstrucción de una metodología democrática basada en la articulación entre teoría y práctica, entre lo conocido y lo desconocido, entre lo sido y lo aún no sido, entre lo pensado y lo no pensado.

Para esta batalla cultural será necesario y estratégicamente vital reapropiarnos de la palabra, porque como dice George Steiner “no nos quedan más comienzos”. Por eso, además de reapropiarnos de la palabra para darle vida y sentidos epifánicos, también es un desafío impostergable acuñar nuevas palabras. Dice Adamov “Agotadas, roídas, manchadas, las palabras se han vuelto esqueletos de palabras, palabras fantasmas; todos rumian y sin convicción eructan sus sonidos entre dientes.” Ahí está otra raída expresión de las múltiples pobrezas que heredamos de los tiempos insustentables del neoliberalismo hiperespecialista en pauperizaciones. Sobre ese empobrecimiento de la palabra se montó el poder para aumentar la colonización y la depredación, las vulnerabilidades societales y, como dice Bauman, “el potencial genocida adormecido en las capacidades instrumentales de la modernidad”

La palabra ha retrocedido en la misma medida exponencial en que avanzaron la hipertecnologización de la cultura y la mediatización frívola de la sociedad de consumo. Desde que Galileo sentenció que la naturaleza tiene los códigos escritos con lenguaje matemático, la vida y la poesía desaparecieron de la faz de las ciencias, de la economía y del ser. Durante centurias, con inmensa persistencia, esa concepción heredada ha actuado sobre la “psique individual y colectiva” de occidente. Ha desnaturalizado la naturaleza y artificializado la vida. Ahí está el eterno huevo de la serpiente.

Sabemos quienes representan esa mirada de ocultación. Debemos construir las miradas del desocultamiento enraizada en la metáfora penelopeana de deconstrucción-reconstrucción. Son tiempos de combate entre el logocentrismo iluminista, formal e instrumental, de la ciencia positivista que ha sembrado de desolación a la Cuenca del Plata y pretende, en los arrabales agónicos de su existencia, convertirla en un baldío extenuado; y el proyecto de complejidad y saber ambiental, escritos en las andaduras de la interdisciplinariedad y la racionalidad ambiental. Son tiempos del mundo de lo mismo, agobiado en los abismos de su propia prosapia insustentable, o los tiempos arraigados en la diversidad cultural, en

las identidades múltiples, de mundos de vida donde “quepan todos los mundos”, como dice un filósofo latinoamericano.

Ahí estamos. En esos bordes. En esos límites con fronteras permeables y porosas, transitadas por el nomadismo y mestizaje epistemológico, casi inasibles, cartografiadas por los estertores del final y el sacudimiento del principio. Por el estremecimiento de un big bang cognitivo en disipación prigoginiana. Ahí estamos. Hibridando un diálogo de saberes en la construcción de futuros posibles e inéditos, narrados con las palabras aún no dichas, fertilizadas en los oasis de la alternativa y la otredad. Ahí estamos, recuperando la historicidad, oponiéndonos a la inhospitalidad del fin de la historia, que sería el reinado del Mercado Metafísico y el Pensamiento Único. Porque recuperamos el sentido de la historicidad, sabemos que ese tiempo de insustentabilidad habrá de concluir. En esta andadura la tensión se dilata de los territorios pensados hacia las regiones “por pensar”. Hacia una reconstrucción del mundo, desde los laberintos plurales de otredades encarnados en simbolizaciones anticipatorias, hacia lugares donde se configuran nuevos contextos epistemológicos y axiológicos.


La Racionalidad Instrumental, corazón vital de la Modernidad Insustentable, ha concebido a la Cuenca del Plata, como una imagen lacerada por los rendimientos cortoplacistas de la hiperteconologización de la cultura y la sobreeconomización de la vida, expresados en la explotación de sus recursos hídricos, agrarios, minerales y energéticos. Todos ellos son como cuerpos exteriores a la única interioridad posible: la lógica de mercado. La imagen de la Cuenca, desde esa perspectiva, se reduce a ser una inmensa ubre tironeada por las pulsiones ilimitadas de ganancia. Ese ordeño irracional se ha transformado en una amenaza existencial para el ser diverso de la Cuenca. La alteridad se ha refugiado en las semillas nutricias de la complejidad, esperando que pase el invierno irracional del pensamiento único ontoepistemológico, para florecer en los suelos primaverales del pensamiento ambientalizado. .

Escrituras de sagas pedagógicas ambientalizadas invadirán el currículo para convertirlo en encrucijada histórica y liberarán la didáctica de su matriz técnico eficientista, con el objetivo de agrietar para siempre, el suelo jabonoso de las “mil mesetas” homogéneas de los sistemas educativos lineales de los países de la Cuenca del Plata. El diálogo de saberes roturará el territorio insustentable y se podrán labrar con instrumentos interculturales espacios propicios para la diferencia y la otredad. La crisis ambiental amplifica todas las resonancias. SE arraigan otras metáforas en la Cuenca del Plata en condiciones de re-encantar a los humanos y los paisajes, con la finalidad de reinstalar en los suelos de la Cuenca las “anomalías” que expulsara el tribunal catedralicio de la ciencia fundada en el dominio. El crisol de las identidades múltiples, la repoetización de la vida, le devolverán el verbo al sujeto para que pueda dialogar con la otredad y reconocerse con y en ella. Tiempos diversos se escurrirán por las andaduras superficiales resignificada por los magmas nuevos.

La reespacialización de la Cuenca del Plata con las metáforas surgidas desde las alforjas de la sustentabilidad local y regional, se desanclarán de la espacialización unívoca impuesta por la racionalidad instrumental, y se abrirán al Ethos de una geografía ambientalizada, donde el concepto disruptivo se escribirá con las estrategias de la interconexión, la simultaneidad interdependiente de los procesos espaciales de la cuenca y la potenciación de la deconstrucción sistemática del mecanicismo temporoespacial.

Ambientalizar los mundos de vida en la Cuenca del Plata, implica reabrir los debates políticos con el objeto de dinamizar las participaciones comunales, la participación en el locus, la participación de los diferentes, la participación de los excluidos, la participación de los silenciados. Escuchar el silencio de los subyugados es una estrategia subyugante de reconocimiento de otredades. Es poner en marcha caminos más solidarios antes oscurecidos por la angurria insaciable de la lógica de mercado.

Reapropiarnos del espacio metafórico de lo complejo, para desandar su linaje euclidiano, con el propósito de lugarizar un sitio donde el movimiento y el cambio en devenir escenifican la coreografía de un baile diagramado por la tectónica de placas. Reapropiarnos del espesor de los lugares para que se desplieguen en sus relaciones la erótica de la sonrisa. Un espacio con espesor geográfico y también sociológico, an-



tropológico y soñador. Imaginar, como dicen los geógrafos postmodernos latinoamericanos, que ponen énfasis en la geografía del lugar “que un paisaje o una ciudad poseen sus murmullos temporales más o menos auráticos e irreductibles”.

Ambientalizar la vida en cada lugar, erradicará el sentimiento de baldío que impera en la cultura del bienestar permanente. Sopesar las señales difusas, muchas veces meros indicios, que se abren frente a nosotros para estar al acecho. Significará imbricar en las propias prácticas los mestizajes sociales y culturales. Significará reterritorializar los sentidos existenciales y la caracterización de sujeto en las fraguas diversas de las luchas ambientales.

Ambientalizar el proceso de capacitación integrado con la impronta de la diversidad, la diferencia y la tolerancia de la otredad marca a fuego una línea de pensamiento generadora de creatividad y con un mensaje esperanzador. Construir los futuros inéditos y posibles como nos plantea Paulo Freire, es signar la idea de futuro con el manto de la incertidumbre y la acción participativa, con el imaginario de lo democrático y plural, de una prospectiva, como subraya Godet, que “no es ni previsión, ni futurología, sino una reflexión para la acción y la antifatalidad”, citado por Trellez en el Dossier de Cátedra.

La capacitación en grupos para reorientar las políticas insustentables, deberán transitar la vías de la reapropiación social de la naturaleza, teniendo como condición intransferible, la construcción intercultural. Deberá estar dinamizada por una metodología pedagógica participativa, algunas de cuyas ideas fuerzas podrían ser:

- “Dilucidar la acción presente a la luz del futuro,
- Explorar futuros múltiples e inciertos,
- Adoptar una visión global y sistémica,
- Tener en cuenta factores cualitativos y estrategias sectoriales,
- Recordar que la información y la previsión no son neutrales,
- Optar por el pluralismo y la complementariedad de los enfoques,
- Cuestionar las ideas recibidas, “incluso éstas”.

EPÍLOGO DESCONTRACTURADO: DESDE LA ARIDEZ DEL CONOCIMIENTO A LOS HUMEDALES DEL SABER.

Deberemos hacer visibles en el mapa de nuestra realidad cotidiana, en el lugar de trabajo, en la escuela, en los grupos de capacitación, en los suelos a cielo abierto, en el barrio, en el viaje sin retorno hacia la verdadera libertad, las marcas incestuosas del conocimiento insustentable. Reconocer en nuestro propio mundo las simbolizaciones coercitivamente impuesta por la cultura dominante, abrirá las compuertas para acelerar la transición de la racionalidad instrumental hacia la racionalidad ambiental. Nunca como en estos tiempos ha sido mas siniestra la máscara dominadora. Por ello las luchas ambientales, las resistencias promovidas por la reapropiación social de la naturaleza, la construcción colectiva de sentidos educativos forjados en el encuentro de otredades ambientalizadas, como los protagonizados por las convocatorias del Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata, la persistencia creciente de demandas fraguadas en las aguas reparadoras de justicia ambiental, están generando en cada lugar las condiciones propicias para desencadenar “un orden histórico socialmente justo y ecológicamente sustentable”.


La participación no es un gesto de la voluntad, es el vuelo de contextos alentados porque la cordillera de obstáculos ha sido desmontada por las señales de lo relacional, de la dialéctica integradora de las diferencias. La participación deberá ser fertilizada por la pedagogía de la complejidad ambiental en condiciones

de remover hasta los cimientos el conocimiento que separa y externaliza, de desmadejar al conocimiento que desconoce el conocimiento y propiciar un saber hecho en las andaduras de lo complementario, incierto e incognoscible, de deconstruir a la cultura homogeneizante que exilia a lo diferente. La participación es como la interdisciplinariedad.

Puede haber, como dice E. Leff, una interdisciplinariedad técnica operacionizada por el acercamiento de varias disciplinas, o puede haber una interdisciplinariedad teórica que es refundacional. La interdisciplinariedad técnica, sostenemos, se asemeja a un fugaz encuentro de bordes que siguen conservando sus propias naturalezas interiores. Pero la interdisciplinariedad urdida por la interpelación de la crisis ambiental al conocimiento, es una interdisciplinariedad que pone en sospecha los saberes legalizados por la Razón Instrumental. Es una interdisciplinariedad de ruptura y deconstrucción de los límites. La interdisciplinariedad ambiental se conjuga con las gramáticas inventadas por las culturas y los lenguajes provisorios nacidos al calor del encuentro entre la naturaleza y la cultura. La interdisciplinariedad es la barca que conduce a nuevas orillas para reinventar desde sus playas el mundo y cumplir el desafío de ponerle nombres nuevos a las cosas. La interdisciplinariedad rompe las ataduras con el conocimiento universal y objetivante y se desamarra del atomismo científico y social en aras de conjugar el mapa archipiélago sembrado por las semillas de las identidades culturales múltiples y el verbo de un lugar identitario, como el de la Cuenca del Plata.

Para deconstruir los conocimientos desangelados y reconstruir los saberes de la ética de la sustentabilidad, para deconstruir el presente definitivo diseñado por el pensamiento unitario de la modernidad y construir futuros engendrados en la participación de las diferencias, deberemos recorrer la poética de Roberto Juarroz, que nos convoca y dice:

Desbautizar el mundo,
Sacrificar el nombre de las cosas
Para ganar su presencia.
El mundo es un llamado desnudo
Una voz y no un nombre,
Una voz con propio eco a cuestras.
Y la palabra del hombre
es una parte de esa voz,
No una señal con el dedo,
ni un rótulo de archivo,
ni un perfil de diccionario,
ni una celda de identidad sonora,
ni el banderín indicativo
de la topografía del abismo.
El oficio de la palabra,
Más allá de la pequeña miseria
Y la pequeña ternura
De designar esto o aquello



Es un acto de amor:

Crea presencia.

El oficio de la palabra

Es la posibilidad de que

El mundo diga al mundo,

La posibilidad de que

el mundo diga al hombre

La palabra:

Ese cuerpo hacia todo.

La palabra:

Esos ojos abiertos.

CASO DO BRASIL: EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NO CULTIVO DE ÁGUA BOA Programa Cultivando Água Porã

*Por: Silvana Vitorassi - Pedagoga, doutoranda em Educação Ambiental,
Gerente de Educação Ambiental da Itaipu Binacional*

INTRODUÇÃO


Este texto refere-se à Educação Socioambiental entendida tal como vem se desenvolvendo na Itaipu Binacional a partir da revisão de sua missão na gestão 2003. Na perspectiva do Tratado de Educação Ambiental que lembra que “todos somos aprendizes”, descrevemos o programa na abrangência que o mesmo adquiriu a partir do conceito de Educ-Ação Ambiental e que permeia os demais programas ambientais da empresa, como parte de sua responsabilidade socioambiental.

CONTEXTO INSTITUCIONAL: ITAIPU BINACIONAL E PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA

Itaipu Binacional é gestora da Usina Hidrelétrica de Itaipu que produz 20% de toda a energia consumida no Brasil e 95% da consumida no Paraguai. Em 2003 – durante mais de 100 dias, utilizando metodologia progressista de Planejamento Estratégico Situacional, com participação de todos os diretores e de grande parte de seu corpo funcional, paraguaios e brasileiros se debruçaram sobre a vida da empresa e suas perspectivas. Emergiu um pensar e agir sintonizado com os mais elevados propósitos de um novo paradigma, onde estejam ampliados os compromissos de responsabilidade socioambiental e de justiça social, integrados e incluídos, de empresa-cidadã, de compromisso com a sustentabilidade, com “a Terra e com o TODO do qual somos parte”. Como um dos resultados globais a serem alcançados, firmou-se disposição de contribuir para PRESERVAR, CONSERVAR E RECUPERAR O MEIO AMBIENTE DA REGIÃO, de forma integrada com os municípios e demais atores, implantando a gestão por bacia hidrográfica, que é a unidade de planejamento da natureza. Como objetivos estratégicos, definiu-se ser imprescindível sensibilizar e capacitar pessoas e atores sociais para uma nova relação de cuidado com os recursos naturais e entre os seres humanos e a contribuição para a conservação da Biodiversidade.

Neste contexto, surge o **Programa Cultivando Água Boa - Cultivando Água Porã**, que compreende 20 programas e 63 ações/projetos socioambientais, como uma resposta local e amplamente participativa (uma vez que envolve os diversos atores sociais, econômicos, políticos, públicos ou privados, ONGs e as comunidades de cada microbacia ou município) aos problemas globais.

Fundamentado em princípios, valores e em documentos planetários e brasileiros como a Carta da Terra, Movimento Pela Vida, Agenda 21, Metas do Milênio, Pacto Global, Eco Rio 92, Protocolo de Kyoto, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Água para a Vida, Água para a Paz (UNESCO), Programa de Educ. Amb, Conferências Nacionais de Meio Ambiente e Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Programa Cultivando Água Boa visa a estabelecer critérios e condições para orientar as ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais, centradas na qualidade e quantidade das águas e na qualidade de vida das pessoas. A denominação Cultivando Água Boa realça a necessidade de que, assim como se cultiva o solo para que dê bons frutos, a água também precisa de “cultivo”, ou cuidado, para se manter abundante e com qualidade, hoje e sempre.



O Programa agrega a importância da cultura da água, do “cultivar”, do “cuidar”, do “cultuar” a água e seu sentido profundo, A VIDA. Com visão sistêmica, holística, trabalha de forma integrada solo, água, ar, ser humano, ecologia e da questão sociocultural, pensando a Bacia Hidrográfica como um todo. Atua nos 29 municípios da Bacia do Paraná 3, indo além da mitigação dos impactos ambientais e das questões legais, avançando com ações que envolvem as pessoas para um novo modo de ser, viver, produzir e consumir.

Nesse contexto do Programa Gestão por Bacias existem outros programas transversais, que atuam de forma complementar e integrada para obter os resultados esperados, tais como: Educação Ambiental – reflexiva e ativa-, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura Orgânica, Plantas Medicinais, Projeto Avá-Guarani, Coleta Solidária, Jovem Jardineiro, Produção de Peixes, Biodiversidade, Infra-estrutura, Gestão da Informação, Saneamento na Região, Monitoramento e Avaliação Ambiental, Valorização do Patrimônio Institucional e Regional, Sustentabilidade de Segmentos Vulneráveis, entre outros.

Os principais beneficiários do Programa Cultivando Água Boa são pessoas, instituições e ambiente dos 29 municípios da Bacia Hidrográfica Paraná 3 (mais de 1 milhão de habitantes), sendo: famílias de pescadores, assentados, agricultores, catadores de materiais recicláveis, índios das comunidades Avá-Guarani, jovens, professores, alunos, comunidade do entorno, funcionários e terceirizados da Itaipu.

Para viabilizar politicamente e tecnicamente todas as parcerias necessárias, bem como a metodologia utilizada para a gestão por bacias, comprometendo a comunidade e parceiros por meio de pactos - em especial o PACTO DAS ÁGUAS - para a execução consciente de ações socioambientais, é fundamental a busca de viabilizar a gestão participativa antes de firmar os convênios com os municípios, nos quais são definidas as contrapartidas necessárias de cada instituição-comunidade-pessoa envolvida.

ETAPAS DO PROGRAMA:

- Sensibilização das comunidades
- Formação do Comitê Gestor
- Oficinas do Futuro
- Pacto das Águas
- Convênio – Parcerias
- Execução das Ações
- Monitoramento – Avaliação
- Oficinas “Futuro no Presente”
- Ações Corretivas

A interação é feita principalmente pela formação dos comitês gestores de micro-bacias, estruturados por municípios e programas nos quais, junto com a Itaipu, a sociedade participa (prefeituras, universidades, ONGs, associações, cooperativas, etc.). No total são mais de 2 mil parceiros envolvidos, tais como: governos municipais, estaduais e federal; Associações e entidades de classe e outras organizações; Entidades de ensino e pesquisa (escolas e universidades); Organizações não-governamentais; Comunidade da área de influência da Itaipu, composta por 29 municípios da BP3; Conselho de museus; Zoológicos (intercâmbio de animais silvestres); Parques nacionais (Brasil, Paraguai e Argentina); ONU – Unesco e PNUMA; CIC – Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata; Pessoas físicas voluntárias que atuam na recuperação das micro-bacias.

Os programas, ações e projetos do Programa Cultivando Água Boa estão concebidos com o propósito da construção da sustentabilidade e são envolvidos por um amplo processo de Educação Ambiental basea-

dos na ética do cuidado, na qualidade e não na quantidade, e gestão responsável. Para o programa não existe uma única estratégia que pode assegurar ou garantir a sua sustentabilidade, e sim o resultado do conjunto delas, conforme descritas a seguir:

- A legitimidade das ações, a partir da construção com a comunidade;
- A gestão participativa compartilhada através de comitês gestores formados e liderados pela comunidade;
- Através de parcerias múltiplas que assegurem os recursos necessários para as ações, principalmente comprometendo o poder público local;
- Alinhamento das ações com as políticas públicas envolvendo órgãos e ONGs que preservam e conservam a natureza (MMA, MEC, MA, Ministério público, IAP, Unesco, IAPAR, FAO, IICA, GEF-Fundo Global para o Meio Ambiente, SEAP, entre outros);
- Gestão transparente/participativa, através de encontros de avaliação e revisão de metas, com a participação da sociedade;
- Monitoramento e avaliação das ações para manutenção da sustentabilidade;
- Implementação de ações que propiciem a geração de renda;

2. EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA SUSTENTABILIDADE

O novo foco da responsabilidade socioambiental fez com que a Educação Ambiental na Itaipu adquirisse um novo caráter, bem como assumisse novas dimensões para atender à atual missão e às diretrizes estratégicas da empresa.

Além de continuar envolvendo crianças e jovens em idade escolar (educação formal), passou a ser dirigido a todos os atores sociais que interferem na qualidade do ambiente e da comunidade, tanto em seu cotidiano como em sua condição de representantes das instituições que definem o convívio em sociedade (educação não formal).

Esse caminho reforça a concepção atual da Educação Ambiental, procurando direcioná-la para a “escola da vida”, na linha do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental e no contexto do Programa Nacional de Formação de Educadores/as Ambientais no contexto de Educ-Ação, ou seja: a aprendizagem transformadora através da ação com o meio ambiente. Essa concepção mostra claramente como, independentemente de idade ou de formação acadêmica, todos os seres humanos são aprendizes em relação à complexidade dos temas que envolvem a sustentabilidade e a conseqüente formação de sociedades sustentáveis com responsabilidade global.

De acordo com essa nova visão, o Programa de Educação Ambiental da Itaipu (ME) , em seu universo de atuação, sustenta-se sobre quatro “pilares” ou campos de atuação, que permeiam as ações do Programa Cultivando Água Boa:

1. Educação Ambiental na Bacia do Paraná 3 e Área de Influência de Itaipu
2. Educação Ambiental nas Unidades do Complexo Turístico de Itaipu
3. Educação Ambiental Corporativa
4. Educomunicação

Segue uma síntese das ações desenvolvidas em cada um deles:

1. Educação Ambiental na Bacia do Paraná 3 e Área de Influência de Itaipu.

a) Formação de Educadores Ambientais (FEA). Este programa, idealizado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, vem sendo desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Paraná 3 e entorno do Parque Nacional do Iguaçu, onde Itaipu atua como instituição âncora do processo e numa parceria com mais de 70 instituições, atuando com um Coletivo Educador que trabalha na construção, implementação e avaliação constante da Proposta de Formação de Educadores/as Ambientais para a região. O FEA envolve diversos segmentos da sociedade em processos reflexivos, críticos e emancipatórios, num encontro de saberes, potencializando o papel da educação nas mudanças culturais e sociais rumo à sustentabilidade. A metodologia adotada para o Programa FEA é de “Pessoas que Aprendem participando”, através da PAP – Pesquisa-Ação-Participante, a qual se desenvolve através de “mandalas” de participação multiplicadora, um processo contínuo, onde os/as educadores/as formados iniciam a formação de educadores/as ambientais populares, até que toda comunidade regional seja mobilizada para um exercício de valores e práticas socioambientais necessárias para uma melhor qualidade de vida e do meio ambiente dessa região.

b) Rede de Educação Ambiental Linha Ecológica: Integrada com os demais projetos prioritários do Programa Cultivando Água Boa, desenvolve ações junto à rede formal de ensino com o apoio de uma rede composta por monitores/as ligados/as às Prefeituras dos Municípios da BP3. Promove reflexões para mudanças de hábitos e atitudes em relação ao modo de ser, viver, produzir e consumir, atuando com formação de alunos, professores, através de peça teatral “A Matita: uma aventura orgânica, distribuição dirigida da Cartilha “Mundo Orgânico”, Cursos de Plantas Medicinais, Concurso de merendas saudáveis com as merendeiras e implementação de hortas orgânicas escolares e familiares. À esta ação soma-se outras ações de Educação Ambiental, como os Concursos Poesia, Redação, Desenho, Monografia (que envolveram cerca de 165 mil participantes). O ônibus da Linha Ecológica é um importante instrumento para o desenvolvimento das ações citadas.

c) Agenda 21 do Pedaco: Fundamentada na metodologia criada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania (ECO-AR), o trabalho se desenvolve principalmente na relação com as ações desenvolvidas para recuperação dos passivos ambientais nas microbacias da BP3 em três momentos: Oficinas do Futuro, adaptando a metodologia à região com a inclusão do Pacto das Águas e as Oficinas denominadas “O futuro no Presente”.

Primeiro Momento: As Oficinas do Futuro se destinam a comunidades, jovens, crianças, adultos e idosos que se reúnem para uma reflexão socioambiental com vistas à solução dos problemas com os quais convivem. As oficinas se desenvolvem em três módulos:

- *O Muro das lamentações*, durante o qual se identificam os danos ao meio ambiente, que avalia a sua conduta, em especial em relação ao seu rio, e aponta os problemas a serem resolvidos por ela mesma e com outros;
- *A Árvore da esperança* é uma dinâmica que facilita a manifestação das aspirações (os sonhos) da comunidade para hoje e de amanhã;
- *Caminho adiante* é o momento de definição das ações corretivas dos problemas identificados, comprometendo-se com uma nova conduta, com base na ética do cuidado, na convivência solidária entre os seres humanos e entre eles e os demais seres.

Segundo Momento: O Pacto das Águas: Concebido como o ponto alto de apresentação dos resultados das oficinas de futuro, constitui-se num momento solene de celebração do compromisso pelo cuidado com as águas, em que a comunidade simbolicamente apresenta aos atores sociais envolvidos uma síntese

se dos resultados das oficinas, mostrando o verdadeiro retrato da localidade, seus problemas, anseios, compromissos e prioridades. Mobiliza toda a sociedade tanto financeiramente quanto na construção do respeito mútuo e de solidariedade entre os seres, visando à formação de cidadãos solidários, servindo também como subsídio ao comitê gestor nos encaminhamentos referentes ao projeto. Esse documento é chamado de *Carta do Pacto das Águas*, que a comunidade, lideranças e autoridades assinam como compromisso com a sustentabilidade (Agenda 21 do Pedaço).

Terceiro Momento: O Futuro no Presente: Trata-se de uma ação desenvolvida durante e após a solução dos passivos ambientais, quando são realizadas oficinas de sensibilização para despertar a consciência de cuidado com o que está sendo reconstruído. Uma grande parceria para resolver os passivos ambientais apontados é firmada entre os diversos segmentos das comunidades locais e das instituições envolvidas, que, com seus potenciais distintos, ocasionam a possibilidade de um processo de ajuda mútua, legitimada nos comitês gestores que garantem a tomada de decisões de forma democrática. Estas constituem em espaços fundamentais de planejamento, execução, monitoramento e proposição de ações para a melhoria contínua das atividades e das condições naturais das bacias hidrográficas regionais.

2. Educação Ambiental nas Unidades do Complexo Turístico de Itaipu


Os espaços construídos pela Itaipu têm relação direta com a questão socioambiental e sua dimensão educativa reconhecida, tornam-se assim o que chamamos de estruturas educadoras: no Ecomuseu, que preserva e comunica o patrimônio histórico-natural-tecnológico institucional e regional, valorizando a memória dos trabalhadores e trabalhadoras e as conquistas empresariais; e no Refúgio Biológico Bela Vista, uma das áreas protegidas da Itaipu que atende aos objetivos de conservação da biodiversidade, pesquisa e educação ambiental. Suas ações de diálogo com as questões socioambientais realizam-se junto a escolares, pesquisadores, acadêmicos, turistas e comunidades do entorno.

3. Educação Ambiental Corporativa

Trata-se de instrumento prioritário de formação para a nova cultura baseada na “Ética do Cuidado”. Está intimamente ligada ao compromisso de responsabilidade socioambiental assumido pela Itaipu. Destina-se a todos os empregados e empregadas da empresa, bem como a estagiários/as e terceirizados/as. O objetivo é estimular essas pessoas a se sentirem responsáveis pelo meio ambiente não apenas no exercício de suas funções. Elas devem se tornar capazes também de reeditar sua aprendizagem para toda a sua rede de relações, particularmente sua família e as diversas comunidades às quais pertencem (sindicato, clube, igreja, partido, associação, outros).

4. Educomunicação

Entendida como “campo de reflexão/ação que une as áreas de Educação e Comunicação Social, consiste, basicamente, em utilizar as tecnologias e as linguagens das mídias para que as pessoas e os grupos expressem o que sentem e pensam e, assim, decidam o que querem para si mesmas e para o mundo em que vivem”. A educomunicação dialoga com as demais ações de educação ambiental de Itaipu e busca atingir, mediante os meios de comunicação disponíveis – escritos, eletrônicos, audiovisuais – o público a que se destinam as mensagens. A proposta em andamento projeta a criação e a alimentação de espaços e estruturas de educomunicação, tais como: banco de dados em Educação Ambiental, banco de imagens, videoteca, comunicação eletrônica e conexão com redes de Educação Ambiental a partir da alimentação de sites, participação em eventos e outros meios de comunicação. O conceito de educomunicação também fundamenta a produção dos materiais educativos do Programa: cartilhas, folhetos, cartazes, etc.



Muito mais do que os pilares de atuação específicos, a Educação Ambiental acontece principalmente na forma de educação difusa/informal por permear todas as ações do Cultivando Água Boa, sensibilizando por meio das centenas de palestras já realizadas, reuniões, encontros, participações e promoções dos eventos, materiais que produz (cadernos, jornal impresso e eletrônico, site, etc.). Buscando sempre despertar o sentimento de responsabilidade e cidadania na recuperação e preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os elementos a serem analisados no processo de educação socioambiental aqui descrito. Assinalamos alguns que merecem especial consideração:

- A ITAIPU Binacional assumiu a Educ- Ação socioambiental como base de todas as ações e parte integrante de sua missão, contribuindo para a sustentabilidade da região de sua abrangência, acreditando que todas as empresas privadas ou estatais deveriam ter tal preocupação e assumir esse protagonismo, favorecendo assim a capilaridade e o enraizamento da Educação Ambiental em todo o seu território de atuação.
- Um dos principais elementos do Programa Cultivando Água Boa é sua gestão participativa, o empoderamento das pessoas, das comunidades. Envolvendo centenas de instituições e pessoas, atuando em interface entre os vários Atores Sociais que interferem na qualidade de vida e do ambiente na Bacia do Paraná 3 e área de influência de Itaipu, forma uma busca constante pela aprendizagem transformadora com vistas à ética do cuidado.
- A participação cidadã local/planetária como assunto de educação socioambiental, é meta a ser atingida em sua plenitude. Várias pessoas e instituições entenderam seu papel na construção comum de uma nova cultura em relação à ética do cuidado, outras ainda se vêem na dependência das gestões administrativas que se sucedem, tanto na empresa como nos governos. Fator a ser considerado na busca pela continuidade da Educação Ambiental permanente, inclusiva e continuada destinada a abarcar a totalidade do território. Este fator influencia a própria definição do Coletivo Educador, de sua identidade para permanência e efetividade na região.
- O programa deixa visível que a educação ambiental deve estar no coração da Gestão Ambiental e que é necessário investimento em políticas, estratégias, métodos. A formação de pessoas especializadas no assunto e recursos para suporte das ações a serem desenvolvidas participativamente são fundamentais para o processo.
- Este Programa se insere na linha da Ecologia Política que se consolida por meio de Coletivos Educadores, que têm como finalidade assegurar uma política nacional de Educação Ambiental descentralizada, biorregionalizada e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

BOFF, L. 1999. **Ética da Vida**. Brasília, Editora Letraviva

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 8. ed. 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**. Escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília, MMA: 2005.

CAPRA, Fritjof . **A Teia da Vida**. Editora Cultrix.

CARTA DA TERRA: Princípios para um Futuro Sustentável. Foz do Iguaçu: Edição ITAIPU Binacional, 2005

- CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE MEIO AMBIENTE, MMA – Brasília – DF, 2008
- DIETZ, L. & TAMAIO. 2000. **Aprenda Fazendo : Apoio aos Processos de Educação Ambiental.** Brasília, WWF
- DAROLT, Moacir e outros. **Mundo Orgânico**, Edição ITAIPU BINACIONAL, 2005
- FERRARO JUNIOR, Luiz. Organizador. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Vol I e II**, Brasília: MMA, 2005 e 2007.
- FREIRE, P. 1995. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Companhia das Letras / São Paulo.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOLTHAUSEN, Carlos. **Agenda 21: o caminho da dignidade humana.** Florianópolis: Cuca Fresca, 2001
- INSTITUTO ECOAR para Cidadania – Agenda 21 do Pedaco, Edição ECOAR, São Paulo, 1997
- ITAIPU BINACIONAL: Caderno do IV Encontro Cultivando Água Boa, 2007
- ITAIPU BINACIONAL – Política de Educação Ambiental (documento interno), 2005
- ITAIPU BINACIONAL – O Futuro no Presente (Agenda 21 do Pedaco), 2008
- LEITE, Ana Lucia Tostes de Aquino; MEDINA, Nana Mininni (Coord.) **Educação Ambiental: curso básico à distância.** Brasília: MMA, 2001. 5 v. 2a edição ampliada
- MEDINA, Naná Mininni. **Educação Ambiental para o Século XXI & a Construção do Conhecimento: suas implicações na educação ambiental/análise de um programa de Formação de Recursos Humanos em educação ambiental.** Brasília: IBAMA, 1997
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1999
- Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Brasília: MMA/DEA, 2005
- PIMENTA, Márcia. **Educação para um mundo sustentável.** Revista Ecologia & Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio. Ano 12, n. 107, maio e jun. 2003
- QUINTAS, José Silva. **Mobilização Social, Educação Ambiental e Gestão.** Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental/I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental/ organização Associação Projeto Roda Viva, Instituto Ecoar para a Cidadania, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC. Rio de Janeiro, 1997
- SABERES E CUIDADOS SOCIAMBIENTAIS EM DIÁLOGOS. Síntese do Encontro de especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata. Foz do Iguaçu: Edições da ITAIPU Binacional
- SATO, Michèle. **Educação Ambiental: o desafio de atuar na interface.** Anais do IV ENESMA, vol. 2: 324-325. Cuiabá, UFMT, Governo Estadual de MT e CNPq
- SATO, Michèle. **Educação Ambiental.** São Carlos - São Paulo: RIMA, 2003
- TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, Rio 1992
- VIEZZER, Moema, OVALLES, Omar e TRAJBER, Rachel – **Manual Latino-Americano de Educação Ambiental**, Editora global, 1995
- VIEZZER, Moema, CASALE, Valéria, DAHLEM, Roseli, PLETSCHE, Rosane, VITORASSI, Silvana, **Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade**, Edição ITAIPU BINACIONAL, 2008



ETICA & GESTÃO DAS ÁGUAS¹

Prof. Dr. Leonardo Boff

1. REFLEXÕES PRELIMINARES

Somente uma visão sistêmica e holística faz justiça ao complexo tema da água.

a) Água e equilíbrio da Terra

A água pertence ao equilíbrio global do sistema-Terra já que grande parte da Terra é composta de água. A água contém em proporção dupla o elemento primordial, o primeiro a ser sintetizado após o big bang, o hidrogênio, que junto com o hélio enche os espaços infinitos do universo. As águas dos rios, lagos, oceanos e as subterrâneas são em grande parte responsáveis pela harmonização da Terra com o sistema solar global. É o que se chama de “ressonância Schumann”. A Terra toda vibra com a mesma frequência das ondas eletromagnéticas de nosso cérebro, (7,8 hertz ou ciclos por segundo). Essas ondas que são uma espécie de respiração e marca-passo da Terra se formam a partir do conjunto dos materiais da Terra, em seu interior, o magma, as águas e o sistema solar. E essa onda se forma entre a Terra e a camada inferior da ionosfera. O desequilíbrio ecológico das últimas décadas elevou a pulsação a 11 ciclos por segundo o que vem provocando distúrbios ambientais em todo o Planeta. O desequilíbrio com referências às águas é um dos componentes de desequilíbrio da Terra.

b) Água e crise de sustentabilidade

Hoje a água comparece como um dos elementos mais escassos da natureza. Dos 97% de água do Planeta, somente 3% é potável. E destes somente 0,7% é acessível ao uso humano. Devido à depredação ecológica pelo processo industrialista, pela superpopulação e urbanização mundial, pelo desperdício e pela falta generalizada de cuidado instalou-se grave crise de sustentabilidade para as vidas humanas e demais organismos vivos.

c) Quatro problemas planetários vinculados à água

Esta situação suscita quatro questões ligadas à água.

- questão ecológica: a água é um bem vital e não substituível para todos os seres humanos e os demais organismos vivos da comunidade biótica. Constitui patrimônio natural comum. Por isso seu acesso é um direito inalienável como o direito à vida. Por outro lado, o uso e a conservação da água é resultado das experiências históricas das várias culturas. É um patrimônio cultural comum. Tanto um como outro, enquanto bens comuns, não podem ser privatizados por indivíduos ou em benefício de empresas privadas.

Que padrão de comportamento face à água e que uso deve ser incrementado para que continue a ser acessível a todos? Essa é a questão básica, a nível planetária de natureza técnica, política e ética.

- questão social: há uma grande disparidade na distribuição dos recursos hídricos na Terra. 60% da água está em apenas 9 países, entre eles o Brasil, enquanto 80 países (40%) enfrentam escassez. Pouco menos de um bilhão de pessoas consome 86% da água existente. 1,4 bilhões de pessoas não tem acesso a uma quantidade suficiente de água potável, isso equivale a 8 vezes a população do Brasil e dois bilhões não dispõem de um sistema de purificação de água de esgoto. 50% da água tratada é desperdiçada. Pior ainda 85% das doenças nos países pobres está ligada à quantidade e à qualidade da água.

¹ Este texto foi apresentado pelo autor durante a Semana da Água 2003, em atividade promovida pela SRHU/MMA.

O cenário brasileiro é promissor e, ao mesmo tempo, preocupante (Cf. Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial para o Brasil, O desafio da água, em O Globo de 24/03/03 p.7). Detemos 13% de toda água doce do Planeta, 5,4 trilhões de metros cúbicos; mas é desigualmente distribuída: abundante na parte amazônica e no Pantanal, é escassa no semi-árido nordestino onde vivem 28% da população dispondo apenas de 5% de recursos hídricos. O Sul e Sudeste, onde vivem 60% da população, são úmidos mas escasseia água limpa. Ademais 39 milhões de brasileiros não tem acesso à água tratada (23% da população) e 90 milhões não goza de saneamento básico (53% da população), o que explica o índice de mortalidade infantil na ordem de 29 por cada mil nascidos. 46% da água que usamos é desperdiçada; daria para abastecer toda a França, a Bélgica, a Suíça e o norte da Itália.

O cenário futuro da humanidade é preocupante. Daqui a vinte e três anos, em 2025, haverá 8 bilhões de pessoas, das quais três bilhões com acesso insuficiente de água e 5 bilhões com problemas sérios de qualidade da água. Como se depreende, emerge aqui um grave problema social mundial referente à água.

- questão jurídica: o problema hídrico é global mas não há uma legislação global acerca da água. Os países estão agora elaborando suas políticas de gerenciamento de águas. A nossa é considerada uma das melhores do mundo. A ONU já alertou que nos próximos anos far-se-ão guerras para garantir acesso à água potável, caso não se estabelecerem legislações adequadas na base da cooperação e da sustentabilidade. Todos os países se encontram sob pressão da tendência dominante no mundo, definida pelos senhores das finanças e do mercado, para que a água seja privatizada e vista fundamentalmente como um bem econômico.
- questão ética/espiritual: O problema da água é fundamentalmente um problema ético, vale dizer, de valorização de um bem ligado à manutenção da vida em todas as suas formas e de sua repartição equitativa, cooperativa, responsável e sustentável.

Vivemos sob a cultura do capital e da economia de mercado capitalista. A tendência deste modo de produção é mercantilizar tudo e de tudo extrair lucro. Segundo a lógica do mercado só tem direito à água potável o consumidor-pagador e não simplesmente o ser humano-cidadão, sujeito de direitos incondicionais. **É eticamente inadmissível que empresas privadas lucrem com o patrimônio natural e cultural comum, substancial e insubstituível.** Efetivamente, está nascendo já o mercado global da água, regido pela lógica das finanças, envolvendo cerca de 50-100 bilhões de dólares. Se não suscitar-mos a questão ética, as políticas públicas com referência à água sucumbirão à lógica do mercado, excluindo milhões de pessoas que vêem seus dias de vida encurtados devido à escassez de água ou de qualidade não satisfatória.

Por isso, com razão, diz em seu artigo primeiro a lei n.9.433 (8/1/97) sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos: “a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessententação de animais”.

O grande debate hoje se trava nestes termos: a água é fonte de vida ou fonte de lucro? A água é um bem natural, vital e insubstituível ou um bem econômico a ser tratado como recurso hídrico e como mercadoria?

Ambas as dimensões não se excluem mas devem ser retamente relacionadas. Fundamentalmente a água é direito à vida, como insiste o grande especialista em águas Ricardo Petrella (O Manifesto da Água, Vozes, Petrópolis 2002). Nesse sentido a água de beber, para uso na alimentação e para higiene pessoal deve ser gratuita (cf. Paulo Affonso Leme Machado, Recursos Hídricos. Direito Brasileiro e Internacional, Malheiros Editores, São Paulo 2002, 14-17). Como porém a água é escassa e demanda uma complexa estrutura de captação, conservação, tratamento e distribuição implica uma inegável dimensão econômica. Esta, entretanto, não deve prevalecer sobre a outra, ao contrário, deve torná-la acessível a todos e os ganhos devem respeitar a natureza comum, vital e insubstituível da água. Mesmo implicando altos custos econômicos.

Neste contexto, cabe fazer uma pequena reflexão sobre o enfoque correto com o qual se deve abordar o tema da água. É a partir do tipo de enfoque que emerge a dimensão ética e espiritual da água.

Posso tratar a água na perspectiva da razão instrumental-analítica, dominante hoje na cultura e nos meios científicos e acadêmicos. Ela aparece como H₂O, como recurso hídrico que o ser humano usa para satisfazer uma necessidade vital. É expressão da lógica utilitária e rende dinheiro. Enquanto recurso hídrico pode ser considerada um objeto de ciência e análise com valor econômico, comercializável, com custo/benefício tal como tantos outros recursos como petróleo, energia solar e alimentos. Essa compreensão da água exige o gerenciamento dela, pois é escassa e necessária ao desenvolvimento.

Mas água é mais que isso. Ligada à vida, a água representa um valor antropológico e simbólico, captado pela inteligência emocional. A água vem carregada de significações ligadas às nossas experiências pessoais e coletivas: água fresca da fonte atrás da casa, água da pátria, água da chuva, da cascata, das enchentes, água de março sinalizando o fim do verão, água benfazeja após a dura seca do sertão. A água significa ressurreição da terra, verdor, fecundidade, vitalidade. A água está cheia de ressonâncias que falam para o profundo do ser humano. Essa água é dom da natureza, é celebração da vida. Ela pede cuidado, reverência, responsabilidade para continuar a ser o que é.

Reduzir a água a recurso hídrico é empobrecer a água. Ela é bem da natureza e recurso hídrico. Mas nessa ordem, primeiro como bem da natureza e só a partir daí recurso hídrico. As duas razões, a instrumental-analítica e a emocional, devem se conjugar.

Mas existe também a inteligência espiritual, evocada pela água. A inteligência espiritual, como foi detectada por vários físicos quânticos (cf. Danah Zohar e Ian Marshall, *Inteligência Espiritual*, Record, Rio de Janeiro 2000) é uma dimensão objetiva do ser humano. É a capacidade de captar totalidades e inteirezas, de sentir-se parte e parcela de um todo que o desborda por todos os lados, de perceber que não somos átomos num universo frio, hostil e indiferente mas que todos estamos ligados uns aos outros e que as coisas nos transmitem mensagens de beleza, grandeza, majestade, mensagens que podemos captar com reverência e respeito. A água contém e transmite mensagens arquetípicas, bem expressas nas religiões e caminhos espirituais que ligaram a água à vida, ao renascimento e à purificação.

Se dizemos que água é vida implicitamente admitimos que a água é sujeita de direitos que devem ser respeitados. A nova visão do mundo em evolução nos sugere que todos os seres possuem certo nível de subjetividade porque são portadores de informações e de história. O espírito não está apenas nos seres humanos, mas está fundamentalmente no universo e em todos os seres, num grau próprio a eles. Em nós se manifesta em forma de autoconsciência. À base deste entendimento, devemos, portanto, ampliar a personalidade jurídica aos animais, às plantas, aos ecossistemas e às águas. Bem disse o filósofo das ciências e conhecido ecólogo francês Michel Serres: "A Declaração dos Direitos do Homem teve o mérito de dizer 'todos os homens' e o defeito de pensar 'só os homens'. Os negros, indígenas e mulheres tiveram que lutar para serem incluídos em 'todos os homens'. Hoje na discussão ecológica e na preocupação pela salvaguarda da vida e do Planeta incluímos os demais seres no âmbito dos direitos, no caso, à água. Assim enriquecemos nosso sentido de democracia social que se abre a uma cosmocracia ou a uma democracia sócio-cósmica na qual a água potável é condição indispensável para que tal democracia se realize.

Quando abordarmos a água, mesmo dentro de um rigoroso gerenciamento, não podemos esquecer estas dimensões da subjetividade humana. Elas agregam qualidade ao processo de cuidado e de gerenciamento. Tais atitudes nos ajudam a ver a água com outra ótica que gera uma outra ética.

2. ETICA E ÁGUA

Três princípios éticos são evocados quando nos confrontamos com a crise da água, o princípio do cuidado, da cooperação e da corresponsabilidade.

a) Ética do cuidado

Há uma tradição filosófica que vem do tempo dos romanos que define o ser humano como um ser de cuidado. O cuidado está ligado à vida, pois sem cuidado nenhum vida vive e sobrevive. O cuidado é aquela pre-disposição que antecede qualquer outro ato e que permite que ele surja, como a inteligência, a vontade e a criatividade. O cuidado é uma relação amorosa para com a realidade, supõe envolvimento, desvelo e atenção especialmente para com os seres vivos (Cf. L. Boff, Saber cuidar, Vozes, Petrópolis 2001). Toda relação entre seres vivos pressupõe o cuidado porque é sempre uma inter-ação. As coisas gerenciamos, o povo cuidamos. Não sem razão Gandhi entendia a política como cuidado para com o bem do povo.

Hoje o que mais lamentamos é a falta de cuidado para com a vida, os eco-sistemas, os solos, os ares, as águas. Sendo a água vida e pelo fato de a saúde humana depender fundamentalmente dela, a relação mais adequada para com ela é exatamente o cuidado. Sem o cuidado não preservamos o patrimônio natural e cultural comum, impossibilitando a vida irradiar e se reproduzir. Ao redor do cuidado podemos construir um consenso ético mínimo entre os humanos, consenso que salvará o Planeta da insensatez da depredação e do consumismo e capaz de criar uma atitude benevolente e responsável para com todo tipo de vida e para com as condições da vida como a água. O primeiro princípio que a Carta da Terra propõe para a salvaguarda do Planeta é exatamente este: "Respeitar e cuidar da comunidade de vida". Como dizia um cartaz referente à água: "Água, substância da vida, nós cuidamos de você".

b) Princípio colaboração/solidariedade

Todos os seres são interdependentes porque vivem enredados numa teia de relações de cooperação e solidariedade que garantem a existência e a sustentabilidade. Essa é a lei cósmica mais fundamental, sublinhada pelos físicos quânticos, pelos cosmólogos e pela etnobiologia. A própria lei da seleção natural de Darwin deve ser entendida no interior desta perspectiva mais originária. Por ela até os seres mais fracos sobrevivem e encontram seu lugar no processo biogênico. A nível humano não vale a seleção pela vitória do mais forte, mas vale o cuidado que permite a todos, especialmente os mais fracos, serem inseridos e terem o seu lugar na família humana.

Os seres humanos são, por excelência seres de cooperação. Foi a cooperação de todos com todos que permitiu o salto da animalidade para a humanidade. Todos os primatas superiores, nossos parentes mais próximos (somente 2 genes nos separam dos chimpanzés), vão à caça e comem individualmente sua presa. Nossos ancestrais homínidas saíam em busca de alimento e o traziam ao grupo para reparti-lo entre eles. Dessa cooperação e cuidado de uns para com os outros, surgiu a linguagem e a sociabilidade humana.

Hoje é imperativo colocarmos a cooperação como o centro do projeto planetário humano. Se não houver cooperação na questão da água não superaremos as disparidades, não colocamos limites à voracidade do capital privatizante e deixaremos bilhões de pessoas na escassez e, eventualmente, no risco de graves conflitos e de morte. Ademais é pela solidariedade generacional que preservamos os direitos das gerações futuras pois elas têm direito de herdarem água potável suficiente, de qualidade para todos e para a comunidade de vida.

c) Ética da corresponsabilidade/compaixão

A responsabilidade surge a partir do momento em que nos descobrimos sujeitos de nossos atos e nos damos conta das consequências deles para os outros e a natureza, no nosso caso para a água. Podemos ser o anjo bom, cuidador e preservador da água como podemos ser seu satã e seu destruidor.

O primeiro imperativo da ética da corresponsabilidade foi bem formulado pelo conhecido ecólogo norte-americano Arnold Leopold em sua Ética da Terra (1949): "uma ação é justa quando se ordena à preservação da estabilidade, integridade e beleza da comunidade de vida e injusta quando tende ao contrário". O filósofo Hans Jonas que elaborou uma profunda ética para os tempos tecnológicos formulou o "princípio

de responsabilidade”(1984):”aja de tal forma que as consequências de teus atos sejam benfazejos para a vida”. Albert Schweitzer, o anjo de Lambarene na Africa onde como médico e pastor cuidava de hansenianos elaborou toda uma ética da reverência e do respeito(A reverência diante da vida,1966). O princípio norteador desta ética soa:”bom é tudo o que conserva e promove todos os seres, especialmente os vivos e, dentre os vivos, os mais fracos; mau é tudo aquilo que prejudica, diminui e faz desaparecer os seres. E acrescentava:”ética é a ilimitada responsabilidade por tudo o que existe e vive”.

Esta compreensão nos remete à com-paixão no sentido budista. Ela implica respeito a todos os seres em sua alteridade, renúncia de possui-los ou dominá-los. Implica também a responsabilidade por seu bem estar e o cuidado para que não sofram e continuem a existir. A missão do ser humano é ser guardião dos demais seres, seus representantes jurídicos(cf. L.Boff, Ethos mundial, um consenso mínimo entre os humanos, Letraviva, Brasília 2001).

Essa ética, como se depreende, é fundamental para o cuidado para com a água e sua justa gestão.

Estes três princípios éticos que devem operar sinergeticamente se ordenam a algo fundamental: à sustentabilidade da água e ao seu uso para os seres humanos e para os demais seres da comunidade de vida, para os presentes e para aqueles que virão nas gerações futuras.

3. UMA REVOLUÇÃO NECESSÁRIA, A DA ÁGUA

A crise da água potável é tão aguda que exige uma revolução para conservarmos a água, resgatarmos a desperdiçada e regenerarmos aquela poluída. Como a crise é planetária, exige uma solução planetária e dentro de um limite temporal curto. Só esse fato questiona a atual governança mundial que não conseguiu consenso sobre o destino comum da humanidade e do Planeta nem se conscientizou suficientemente acerca da urgência desta questão vital.


Em primeiro lugar faz-se importante uma revolução na maneira de considerar a água, como acenamos anteriormente. Não podemos permanecer na tendência dominante, materialista e utilitarista, de ver a água predominantemente como bem econômico escasso e, por isso, caro. A prevalecer esta leitura, poderemos ir ao encontro de uma incomensurável catástrofe antropológica e ecológica.

Em segundo lugar, deve ser despertada a consciência ética de nossa corresponsabilidade, da cooperação universal e de cuidado atento a tudo que se refere à água. Esse despertar deve atravessar todas as instâncias sociais, as comunidades, as escolas, os meios de comunicação, as artes, as instituições geradoras de sentido.

Em terceiro lugar, sendo a água um bem global comum, os responsáveis para garantir seu acesso a todos com qualidade é da responsabilidade de todos, individualmente e comunitariamente (aldeias, cidades, regiões e países), numa palavra a família humana planetária. Isso só se fará na base da cooperação e na busca coletiva da sustentabilidade.

Em quarto lugar, por causa da natureza da água como bem coletivo natural, deve-se buscar o gerenciamento democrático da água. Só desta forma se envolvem todos os agentes. Isso é previsto pela Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 39 que prevê os Comitês de Bacia Hidrográfica e que prescreve em seu artigo primeiro “a gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”(VI).

Em quinto lugar, importa darmos nossa contribuição como país para que se acelere o processo já em curso de um Contrato Mundial da Água no pressuposto de que o cuidado, a preservação e a distribuição da água devem ser confiados aos seus verdadeiros donos, os membros da família planetária humana. Pondo em prática nossas boas políticas públicas referentes à água podemos repassar nossa experiência em solidariedade e cooperação.



Por fim, importa unirmos Fome Zero com Sede Zero. Água e comida são vida. Em toda comida está presente a água. Ambos significam saúde, cidadania, democracia. Ambas se implicam mutuamente e buscam o mesmo fim: a vida e a vitalidade das pessoas e dos demais companheiros e companheiras da comunidade terrenal.

Termino com um verso da canção Chega de Mágoa:

“Água, água, água dona da vida

Ouve essa prece tão comovida.

Chega, brinca na fonte, desce do monte, vem como amiga.

Te quero água de beber,

Um copo d’água marola mansa da maré, mulher amada,

Te quero orvalho da manhã”.

ÁGUA, CIDADANIA E CONSUMO SUSTENTÁVEL¹

Nossas Escolhas em Ações Conjuntas

Rachel Trajber²

RESUMO

Tanto se escreve, sobretudo de uns dez anos para cá, sobre água, cidadania e consumo sustentável; considerando abordagens, disciplinas e perspectivas diferentes. “A água, como se infiltra em tudo – no ar, na terra, na agricultura, na indústria, na nossa casa, em nosso corpo – revela nossas contradições sócioambientais talvez melhor que qualquer outro tema”³. Certamente, sua relevância é tal para a sobrevivência da vida material e simbólica planetária, que permite infinitos olhares. Proponho-me aqui a refletir a partir de três lembranças, três vivências, e finalizar com a atuação da educadora ambiental no MEC.

REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DA ÁGUA

Estamos na periferia de São Paulo⁴, iniciando um projeto de educação ambiental nas zonas norte e leste, onde a prefeitura quer canalizar os córregos que atravessam bairros e favelas, até chegarem no Rio Tietê. Para conhecer as comunidades da região, pedimos a um grupo de mulheres, todas mães, que dessem e nos contem o que lhes vinha à cabeça quando dizíamos a palavra “água”. Ficamos assustados ao ouvir “água lembra morte, sujeira, lama, ratos” e “por favor, me dá o lápis marrom, me passa os lápis cinza e o preto...”

Naquele momento, as palavras se tornaram uma manifestação de uma ordem social: para além da miséria dos sem água, essas mulheres conviviam com uma água imunda, cheia de doenças, que as tornam sem direitos, sem justiça ambiental, enfim, sem cidadania. Para nós educadores ambientais, apareceu um campo semântico do conceito água inusitado, que divergia do conceito de água como “um bem multifacetado, fonte de vida e de apropriação coletiva”, dado por Leff (apud Piñeyro 2006).

Encontramos em todas as culturas o culto à água, que por meio de mitos de origem e de fertilidade, a lendas de heróis tradicionais, a contos tradicionais, sempre foi vinculada ao sagrado, à origem da vida e do universo. Cada comunidade tem suas concepções e relações particulares com a realidade, que se traduzem em formas culturais e interpretam, não somente os elementos da natureza como a água, mas também o modelo econômico, o de organização social e o senso de justiça⁵.

No entanto, aquela comunidade nos mostrou uma inusitada faceta da água, um triste campo de significações de atores sociais excluídos do acesso à um direito vital, representa uma fonte de morte. Consta-


1 Este texto foi publicado originalmente em: Roteiros de um curso d'água: água como matriz ecopedagógica; educação e gestão sustentável das águas do Cerrado / Vera Lessa Catalão e Maria do Socorro Rodrigues. – Brasília : Universidade de Brasília, UNESCO, 2008.

2 Citado por Leonardo Boff. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995. p. 17).

3 Carlos Walter Porto-Gonçalves, “El agua no se niega a nadie: la necesidad de escuchar otras voces”, in Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 5, No. 14, Chile: 2006.

4 Projeto do Consórcio Cógito / Ecoar, desenvolvido pelo Instituto Ecoar para a Cidadania para o PROCAV II, da Prefeitura de São Paulo / BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1996-1998.

5 Nidia Piñeyro, “Agua y semiótica”, in Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 5, No. 14, Chile: 2006.



tamos que as significações urbanas da água passam por múltiplas mediações, em especial na periferia de São Paulo, pois uma pessoa que vive em uma grande metrópole dificilmente poderia, espontaneamente, relacionar o conceito de água a um lindo rio cercado de matas ciliares, a um manancial de água pura, a uma chuva renovadora que fertiliza a terra, a força de uma cachoeira e, muito menos, à riqueza de águas subterrâneas.

As mulheres davam um grito de alerta, nós ficávamos com as questões: como fazer para voltarmos à relação cultural entre água e fonte de vida e de saúde? Para o re-encantamento o mundo? Como reverter essa situação degradante, gerar alternativas para a ampliação de repertórios de ação diante de espaços vitais modificados por mediações políticas, sociais, econômicas e comunicativas? Existe retorno aos mitos originais?

Estávamos diante de um dos maiores desafios de uma educação ambiental crítica, cidadã, que questiona os modos de produção e consumo dos bens comuns da humanidade, de nossas reais necessidades, da busca de conhecimentos para a construção da cidadania, em sociedades justas e sustentáveis. E mais, uma educação ambiental que tem como missão a busca da felicidade.

A poeta Cora Coralina, mulher do cerrado, define sua vida como água, “o rio da minha vida”, em um poema chamado A Vida.

Há tantas definições na vida
Bonitas, tristes, expressivas, inexpressivas
A vida.
Alguns já definiram a vida como um mar
Um mar revolto, encapelado
De ondas violentas
De naufrágios e tempestades
Um mar tempestuoso.
Outros definiram a vida: um rio
O rio é a minha definição da vida
[...]
Eu fiz a travessia da minha vida
Do rio da minha vida.

As mães da periferia de São Paulo definiram a água como esgoto com lama e morte.

CERRADO: ÁGUA VIRA RECURSOS HÍDRICOS

Na década de 70, lembro que aprendíamos que Brasília foi construída no Planalto Central, o centro geográfico do Brasil, uma terra vazia, um quase deserto, como a savana na África, mas sem grandes espécies. Ali as poucas árvores eram baixas, retorcidas pela seca e tornavam a paisagem feia. Os livros didáticos desconsideravam o cerrado como o “berço das águas do Brasil”, ou como um abastecedor de lençóis freáticos e aquíferos, nem como o “divisor de águas” das bacias

hidrográficas que se dirigem para o norte e para o sul do nosso continente sul americano. A biodiversidade era irrelevante e sem valor como recursos naturais. Era preciso devastar o cerrado para civilizá-lo com a construção da capital federal no coração inóspito do país.

As mesmas representações do cerrado se perpetuam no imaginário brasileiro. Nos livros didáticos continua a ignorância do papel hidrológico que as chapadas deste bioma cumprem, quando cobertas por cerrado – áreas de recarga da água responsáveis pelo abastecimento do lençol freático que alimentam as nascentes e córregos e que, por sua vez, alimentam as bacias do São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. As três maiores bacias hidrográficas da América Latina recebem águas do Cerrado. A bacia amazônica (Araguaia-Tocantins) tem 78% de suas nascentes no Cerrado. A bacia do Paraná-Paraguai é formada por 48% de suas nascentes no Cerrado, enquanto a bacia do São Francisco dispõe de quase 50% de seu volume de água proveniente do Cerrado.

Marcelo Bizerril 5 selecionou 67 livros didáticos de ciências e geografia a partir de 1994 – ou seja, bem mais recentes que aqueles da minha geração – e utilizados por professores do Distrito Federal. A análise dos livros mostra que o cerrado é raramente citado, sempre de modo geral – “cerrado típico”, na estação seca –, ou simplista – apenas seis ilustrações de vegetais: os ipês (amarelo, rosa e roxo), o cedro, o buriti e o jacarandá!, além de ter “muitas informações preconceituosas – e outras equivocadas”. Nem mencionam sua relação com a água e as grandes bacias do país, e o valor das matas de galeria e veredas para os mananciais.


O autor conclui que “os livros não se revelaram adequados como fonte inspiradora de práticas educativas sobre o cerrado, pois trazem poucas informações sobre o bioma e não induzem no estudante atitudes positivas em relação a ele”. E cita frases direto dos livros, como por exemplo: “O aspecto pobre e triste das plantas do cerrado é consequência da falta de fertilidade dos solos da região” ou, “Assim, a pobreza dos solos explica a pobreza da vegetação que não se parece nem um pouco com as grandes florestas da região norte”.

Com isso, nosso imaginário, e o de gerações de brasileiros e brasileiras, desconhece que as chapadas fazem do cerrado a grande caixa d’água do território brasileiro, fato percebido pela sensibilidade de Guimarães Rosa: “o cerrado é uma caixa d’água, o chapadão é voante, largueza..”, e nomeia as veredas desse grande Sertão. O Planalto Central do Brasil é o divisor de águas da América do Sul, distribuindo os rios que correm para o norte e para o sul do continente.

Infelizmente esse bioma já possui 80% de sua área desmatada e ocupada, 19% ainda intacta, e menos de 3% protegida por lei. (fonte: Embrapa) e pode ser considerado um caso emblemático da grave crise de valores gerada por um sistema de economia mercantil baseado em conflitos de classe por apropriação e expropriação de terras e de águas. Com a desculpa de proteger a Amazônia, o cerrado se tornou o reino do agro-negócio, mas continuamos observando, perplexos, o desmatamento e conseqüente a agressão à água, em sua quantidade e qualidade, em todos os biomas brasileiros.

CONSUMO, CIDADANIA E CONSUMO SUSTENTÁVEL

Em 1985 fiz um ano de pesquisa participante (e ação) para o doutorado no Tapuranga, região do baixo Tocantins, no interior do Pará. Anotei em meu caderno 45. Marcelo Ximenes Bizerril, O Cerrado e os livros didáticos de ciências e geografia, em Opinião – Revista Ciência Hoje, abril de 2003, nº. 59 de campo “hoje o Aço, o Seu Dinheiro e o Moa vieram de uma reunião do Sindicato dos Agricultores Rurais que aconteceu em São Paulo. Assim que chegaram, contentes de se banhar no igarapé, relataram o que mais tinha impressionado esses homens que nunca tinham ido além de Barcarena: – Na terra dela (e sorrindo ironicamente apontou em minha direção), a gente tem que pagar pra usar o ba-



neiro e tem que comprar água pra beber”. Escrevi no diário: eles perceberam as contradições e o alto preço a se pagar para termos o bem-estar da civilização. Que civilização é essa?

Pensei no significado da sociedade de consumo e sobre a relação entre ser cidadão e ser consumidor. Não consumidor de produtos supérfluos, mas de itens básicos para o sustento da vida humana e para a vida humana em sociedade. E a água, mais que básico, é essencial.

Cada ser vivo necessita de uma quantidade mínima de espaço natural produtivo para sobreviver. Na verdade, a nossa sobrevivência depende do consumo, da existência de alimentos, de uma fonte constante de energia, da capacidade dos vários resíduos que produzimos serem absorvidos sem se constituírem em uma ameaça, bem como da disponibilidade de matérias-primas para os processos produtivos. Para assegurar a existência das condições favoráveis à vida que ainda hoje existem teremos que viver e consumir de acordo com o que a Terra pode fornecer.

Em 30 anos, muito mudou. Até uns 30 anos atrás, uma grande parte do mundo era considerada como bens comuns, ou aquilo que a vida trazia para todos, e que ficava fora da economia globalizada. Atualmente, apenas algumas comunidades indígenas, ribeirinhas, dos povos da floresta, de quilombolas conseguem continuar a viver de forma integrada e inseparável dos valores e ensinamentos da natureza. Para essas comunidades, todos os seres vivos, humanas, plantas, animais, pedras, montanhas, rios, estão diretamente interligados e têm o mesmo direito de existir. Todas as relações econômicas, sociais e políticas nessas comunidades estão enraizadas na Mãe Terra, nesses saberes e vivências. Temos muito que aprender com estas sociedades não-hierárquicas, sem propriedade privada, com propriedade comunitária de campos e florestas. Elas nunca perceberam a natureza da alimentação, dos usos medicinais e da sobrevivência digna como produtos de consumo, ou como propriedades de alguém, mas como bens comuns – biológicos ou intelectuais.

Aristóteles já dizia que “o que é comum ao maior número de indivíduos constitui objeto de menor cuidado. O ser humano tem maiores cuidados com o que lhe é próprio e tende a negligenciar o que lhe é comum”. Traduzido em linguagem econômica atual, Aristóteles teria dito algo como: quando as vantagens são privatizadas e os custos socializados, há pouco incentivo para a preservação dos recursos existentes.

Isso pode ser visto com o uso da água ou da poluição atmosférica, quando indústrias poluidoras instaladas nas margens de um lago, ou de um rio, não têm interesse em instalar dispositivos de filtragem da água; ou não instalam medidas de despoluição do ar. Com o crescimento demográfico e o desenvolvimento industrial e tecnológico acelerados, as poucas fontes disponíveis estão comprometidas ou correndo risco de deteriorização. A poluição dos mananciais, o desmatamento, o assoreamento dos rios, o uso inadequado de irrigação, a impermeabilização do solo, entre tantas outras ações, são responsáveis pela contaminação e ‘morte’ da água.

Nos últimos 30 anos, políticas internacionais de controle ambiental vêm sendo implantadas pelo poder público com basicamente três marcos: o regulatório, com comando e controle, a prescrição de normas e cobrança de multas; o econômico, com mecanismos de mercado, que valorizam os bens e serviços ambientais de acordo com sua escassez e seu custo social; e os gastos governamentais, que abrangem uma variedade de ações realizadas por meio de programas vinculados ao Poder Executivo, entre elas a educação ambiental. A experiência internacional enfatiza a importância da cobrança pelo uso da água, mas não se pode pensar exclusivamente nela como instrumento para alcançar todos os objetivos ambientais.

Nesse sentido, a educação ambiental, ao pensar em consumo sustentável, alerta para o fato de que quase todos os grandes problemas ambientais estão relacionados, direta ou indiretamente, com a apropriação e uso de bens, produtos e serviços, suportes da vida e das atividades de uma sociedade historicamente construída sobre uma lógica de mercado. Afinal, desde que os primeiros economistas modernos afirmaram que produção tem como finalidade o consumo, a economia estabeleceu como objetivo aumentá-lo,

e ele passou a ser entendido culturalmente como sinônimo de bem-estar. O problema é que o consumo é também responsável por problemas ambientais, e desse modo – aliás, em hipótese alguma – nunca poderia ser compreendido como sinônimo de felicidade.

Em uma visão jurídica, para a Constituição Federal de 1988⁶, tanto a proteção do meio ambiente como a proteção do consumidor são considerados princípios da ordem econômica.

Embora a legislação brasileira não use o nome consumo sustentável⁷, oferece proteção ao meio ambiente e ao consumidor usando o mesmo argumento: a qualidade de vida e a dignidade humana. Na mesma linha, a Constituição Federal, ao cuidar do meio ambiente, dá ao Poder Público o dever de “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.⁸

Apesar dessas intenções da lei, de tantos discursos sobre desenvolvimento sustentável, nunca se degradou e se destruiu tanto. Seguindo a lógica de mercado liberal, se fala em consumo consciente ou responsável. A educação para o consumo consciente assume e reafirma o modelo de desenvolvimento vigente e não questiona a racionalidade da atual economia de mercado, buscando apenas educar para o funcionamento correto dos mecanismos que regem sociedade de consumo e o mercado. A educação adota por função ampliar a competitividade dos jovens para o trabalho, adaptando-os à oferta de bens e serviços existentes, bem como perpetuando uma visão tecnicista de mundo para as novas gerações.

É como se a natureza pudesse ser colocada nas prateleiras de supermercado. Quando considerada como recurso natural, a água, com toda a sua força vital e biodiversidade, se transforma em pura mercadoria. É como se ela de repente se tornasse um produto nas prateleiras só voltado para o consumo. Por isso, quando não tem utilidade imediata para o desenvolvimento econômico, a água, a floresta, os animais são tratados como coisas, que podem ser destruídas, substituídas por produtos mais úteis e desrespeitadas em seu direito de ser e continuar a ser, conforme mostra o texto abaixo:

Florestas e as futuras gerações. Uma floresta virgem é o resultado de todos os milhões de anos que se passaram desde o início da vida em nosso Planeta. Se ela for derrubada, outra floresta pode crescer em seu lugar, mas a continuidade terá sido interrompida. O rompimento dos ciclos naturais da vida da água, das plantas e dos animais significa que a floresta jamais será como teria sido se não tivesse sido derrubada. As vantagens decorrentes da derrubada da floresta – empregos, lucros comerciais, ganhos de exportação, papel e papelão mais baratos para as embalagens – são vantagens a curto prazo. Mesmo que a floresta não seja derrubada, mas inundada para a construção de uma represa que gere eletricidade, é provável que os benefícios só perdurem por uma ou duas gerações; depois disso, uma nova tecnologia fará com que tais métodos de geração de energia se tornem obsoletos. No entanto, uma vez a floresta derrubada ou inundada, a sua ligação com o passado estará perdida para sempre. Esse é um custo com o qual terão de arcar todas as gerações que nos sucederem neste planeta.⁹

A cultura do consumo se torna um alvo das lutas ambientalistas e projeta um holofote sobre as grandes

6 “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)


V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente; (...).”

7 O mais próximo deste termo a que o legislador ambiental conseguiu chegar foi a referência ao uso racional de recursos ambientais (Lei 6.938/81, art.13, III).

8 Art. 225, § 1.º, V.

9 Peter Singer. *Ética prática*. Trad. Jefferson Luís Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 284. No Capítulo 10, O meio ambiente (p. 279-304), o autor fala da tradição ocidental (valores e culturas em face do meio ambiente), das gerações futuras, de outros valores do mundo natural, do respeito pela vida, da ecologia profunda e do desenvolvimento de uma ética ambiental.



contradições da sociedade contemporânea em sua desarmonia com o meio ambiente. No momento em que reconhecemos um sistema de valores mais amplo que motivações individuais inspiradas pelo desejo provocado por agências de publicidade, podemos exercer outra dimensão profundamente humana: a da responsabilidade.¹⁰ Enquanto o apelo ao consumo fragmenta as decisões ao torná-las meramente individuais, assumir a responsabilidade social e ambiental potencializa a iniciativa de cada pessoa em seu esforço comunitário.

Segundo o indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de economia, “não há substituto para a responsabilidade individual, mas ao assumirmos nossas responsabilidades individuais, assumimos também as coletivas, pois estão interligadas com as circunstâncias sociais e ambientais”.¹¹

Responsabilidade nesse sentido exige liberdade. Não a falsa liberdade de escolha de produtos a serem consumidos, mas para o real acesso à informação, ao conhecimento e à participação no debate de políticas para a sustentabilidade.

Portanto, a escola deve ter uma função social transformadora, de produção de conhecimentos e ser transformadora. Para sermos transformadores, necessitamos de uma visão crítica, que refaça a história da humanidade confiando na possibilidade de mudanças de visão de mundo. Esta concepção pode ser chamada de com o Planeta em mente, vai além das outras, pois busca um caminho transformador para a realidade socioambiental. Ela propõe a descoberta e formulação de novos valores, saindo do campo da economia e entrando no da ética. A escola é um espaço social privilegiado para a construção de uma percepção que priorize a cidadania e a sustentabilidade da vida nos envolvendo em processos ambientais, sociais e políticos mais complexos.

Trabalhar na escola com consumo sustentável pode ser uma utopia, um sonho que propõe a valorização de economias locais e justas para todos, com respeito diversidade natural e cultural em sociedades sustentáveis que valorizem a vida mais que o dinheiro. Nesse sentido, a educação ambiental tem “um papel na construção de práticas sociais cidadãs, desde que assuma sua inalienável dimensão política.”¹²

E AQUILO DEU NISSO: CONCLUSÃO SOBRE AS PRÁTICAS

A partir da leitura dessas vivências, trabalho com uma educação ambiental que se propõe a operar uma mudança radical de ordem educacional e política. Resgatando o pensamento de Edgar Morin, trata-se de educar para a cidadania ao “construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita” e se inserir como estratégia concreta de participação, reconhecimento da diversidade e de solidariedade.

O enraizamento da Educação Ambiental envolve uma gestão compartilhada do Ministério do Meio Ambiente e do MEC, por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei no 9795/99), inspirado pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, da Rio-92. A gestão na importância da capilaridade de políticas públicas para chegar à totalidade da população no território, construindo o que Paulo Freire chamou de “Círculos de Aprendizagem e Cultura”.

Um exemplo desta atuação está nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente em todo o país, na Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA, com a criação de mais de 4 mil COM-VIDAS – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, segundo o princípio jovem educa jovem. As COM-VIDAS são uma forma organização com foco na Educação Ambiental cujo objetivo é promover o debate escola-comunidade, a Agenda 21 na Escola, além de dar suporte às atividades curriculares e extra-curriculares.

10 Por exemplo a Carta de Responsabilidades Humanas publicada pela Aliança por um Planeta Responsável, Plural e Solidário.

11 Sen, Amartya. O desenvolvimento como liberdade.

12 Carvalho, Isabel C.M. Educação, Meio Ambiente e Ação Política. In: Acselrad H. (org.), Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

Como a Educação Ambiental nos sistemas de ensino deve ser uma prática integrada, contínua e permanente, transversal a todas as disciplinas e presente nas diversas modalidades de ensino, o MEC trata da sua implementação como parte de uma educação integral e integradora, onde difunde conhecimentos sobre ciência, saberes tradicionais e políticas ambientais.

Utilizando como estratégia uma visão sistêmica, o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, se tornou um processo permanente baseado em um círculo virtuoso contendo quatro ações nas modalidades presencial - formação continuada de professores, a distância, e difusa - Conferências de Meio Ambiente nas Escolas. O processo de Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (2003 e 2005) envolveu 22 mil escolas do Ensino Fundamental, mobilizando quase dez milhões de pessoas em quatro mil municípios. Todas as ações contam com a participação de governos, comunidade escolar, sociedade civil e universidades.

A III Conferência acontece neste ano com o tema Mudanças Ambientais Globais: pensar+agir na escola e na comunidade. Foi dividida em temas relacionados aos quatro elementos da natureza – água, ar, terra e fogo – em sua abordagem ambiental, retomando conceitos da filosofia ocidental, desde os pré-socráticos até hoje, como também olhares da literatura e das artes plásticas.

Cada tema foi trabalhado em duas dimensões: 1) por um lado, tem-se a biosfera, a atmosfera, a hidrosfera, a biosfera (energia e a mobilidade) vistas como bases de sustentação da vida e das sociedades humanas no Planeta; e 2) por outro lado, a intervenção da tecnosfera, de tecnologias de produção e consumo desvinculadas de uma ética voltada para a sustentabilidade socioambiental e que, dessa forma, resultam na destruição da qualidade de vida planetária.

REFERÊNCIAS CITADAS

Bizerril, Marcelo Ximenes, O Cerrado e os livros didáticos de ciências e geografia, em Opinião - Revista Ciência Hoje, abril de 2003, pg. 59

Boff, Leonardo. Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995. p. 17.

Carvalho, Isabel C.M. Educação, Meio Ambiente e Ação Política. In: Acselrad H. (org.), Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

Piñeyro, Nidia, “Agua y semiótica”, in Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 5, No. 14, Chile: 2006.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter, “El agua no se niega a nadie: la necesidad de escuchar otras voces”, in Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 5, No. 14, Chile: 2006.

SEN, A., Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2000

Singer, Peter. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 284.

Rachel Trajber – Mestre e Doutora em Antropologia pela Purdue University, EUA. Atualmente estou Coordenadora Geral de Educação Ambiental no MEC - desde 2004. Em 2003, no MMA, coordenei a I Conferência Nacional do Meio Ambiente (adultos e infanto-juvenil). Tive uma empresa de consultoria Imagens Educação e fui uma das fundadoras do Instituto Ecoar para a Cidadania. Trabalhei em projetos como O Estádio na Escola e Consulado da Mulher. Lecionei na Cogeae/PUC-SP. racheltrajber@mec.gov.br



LUTA PELA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA¹


José Esteban Castro

As lutas pela água ocorrem com frequência cada vez maior nas diversas regiões da América Latina. Analiticamente podemos dividir estas lutas em a) eventos ecocêntricos, e b) eventos antropocêntricos, ou seja, entre as lutas sociais ligadas à proteção dos ecossistemas aquáticos e aquelas orientadas para a defesa dos direitos dos seres humanos contemporâneos a quantidades essenciais de água e de serviços relacionados à água. Como tendência, as contradições entre os atores sociais engajados nas lutas pela água tendem a exprimir interesses materiais, crenças, valores, princípios e objetivos distintos e até mesmo antagônicos. Por exemplo, com frequência os movimentos ecológicos voltados à proteção de ecossistemas aquáticos frágeis pouco se manifestam sobre a rápida expansão das iniciativas de privatização da água, embora essas políticas tenham implicações de longo alcance. O oposto também ocorre, na medida em que os movimentos que se opõem à privatização da água muitas vezes esquecem a dimensão ecológica, além de nem sempre assumirem uma posição crítica em relação às políticas que implicam a construção de infraestruturas de serviços de água de grande porte, as quais, com frequência, têm impactos negativos, tanto nos sistemas aquáticos quanto na população.

Um dado importante é que muitas dessas lutas se caracterizam pelo confronto entre forças socioeconômicas e políticas que promovem a expansão das relações capitalistas, particularmente a transformação da água em mercadoria e as diferentes formas de resistência a essas forças. Embora no debate atual esse confronto em geral se reduza à tensão entre o “público” e o “privado”, isto obscurece o fato de que, na prática tanto os atores públicos quanto os privados tendem a induzir a subordinação das necessidades sociais ligadas à água às exigências de acúmulo de capital. Por exemplo, exige-se cada vez mais das companhias públicas de saneamento e abastecimento de água, que adotem princípios comerciais para o fornecimento de serviços vitais, como água potável e esgotamento sanitário, abandonando a noção de que esses serviços são um direito social ou um bem público, sem dizer que são um direito humano. A esse respeito, existem lições importantes a serem aprendidas a partir das lutas pela água na América Latina, onde os atores sociais com frequência demonstram ter uma compreensão muito clara dessas complexidades: suas lutas contra a mercantilização da água são voltadas tanto contra iniciativas públicas como privadas na sua oposição à mercantilização de serviços essenciais de água. Essas lutas incluem a resistência a formas abertas ou disfarçadas de privatização desses serviços (por exemplo, parcerias público-privadas ou a mercantilização das companhias públicas de saneamento), e tentam revitalizar a noção de que esses serviços são um direito social da cidadania, um bem público, e um direito humano. Ao mesmo tempo, suas estratégias estão crescentemente orientadas para o fortalecimento das autoridades locais, por exemplo, forjando parcerias público-públicas para o gerenciamento eficiente e democrático dos serviços essenciais de água.

Além dessas formas de luta pela água, existem duas outras tendências que merecem destaque. A primeira diz respeito à rápida expansão dos processos agrícolas intensivos em uso de água que ocorrem na região, em particular a produção de agrocombustíveis. À medida que boa parte desse debate gira em torno do impacto desses processos sobre a segurança alimentar, pouca atenção foi dada, até agora, às implicações sobre os ecossistemas aquáticos e os serviços de água essenciais. O segundo aspecto está ligado ao potencial de confronto militar em torno dos recursos hídricos. Embora isto possa parecer uma possibilidade remota, alguns governos latino-americanos estão reformulando suas estratégias militares para reagir a eventuais invasões de potências estrangeiras, que poderão querer ganhar controle sobre a água doce da região.

¹ http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=10583. (06/07/2009 - 15:08)



Essas diferentes formas de lutas pela água estão estreitamente relacionadas com o conflito pela governança democrática da água. Do nosso ponto de vista, a governança é um processo político que envolve o exercício do poder por atores sociais e políticos que buscam definir os meios e os fins a serem perseguidos pela sociedade, nesse caso particular, com relação à posse, gerenciamento e acesso aos benefícios derivados da água (e proteção contra os riscos relacionados com a gestão deste recurso). Observa-se que, como tendência histórica, a governança da água na região não se destacou por seu caráter democrático, especialmente ao rejeitarmos a redução do processo democrático à democracia eleitoral e defendermos o entendimento de que a democracia é o exercício substancial da cidadania. A esse respeito, entendemos que o crescimento das lutas pela água na América Latina constitui a expressão da batalha em curso pela democratização substantiva da sociedade.

José Esteban Castro, é catedrático de Sociologia da Escola de Geografia, Política e Sociologia da Universidade de Newcastle, Reino Unido. Traduzido do original em inglês por Emmanuel Cavalcante Porto da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA DRA. VERA LESSA CATALÃO (FE/UNB) NO COLECIONA ESPECIAL ÁGUA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE¹

PERGUNTAS:

1 – A água é sustentáculo da vida, elo de ligação e elemento onipresente no nosso planeta, mas sua importância, em geral, passa despercebida por muita gente, porque isso acontece e como a EA pode contribuir para a mudança da percepção ambiental das pessoas?

R: Toda criação é primordialmente líquida. Toda a vida se anuncia, toda vida principia pela forma sem forma da água. A plasticidade deste elemento e sua materialidade simbólica deve ser a base dos processos educativos voltados para gestão sustentável da água. Acontece que a sustentabilidade das relações humanas decorrem do enraizamento dessas relações e da comunhão de sentidos que as engendram. A água é o elemento mais cotidiano, mais próximo e, paradoxalmente, o mais distante das nossas preocupações. É preciso evocar e re-significar esta familiaridade esquecida e isto não se faz no domínio exclusivo da racionalidade. Somos seres sentimentais e emprestamos sentidos às coisas muito além do que a razão pode explicar, assim como a água, as certezas escapam pelos nossos dedos. A complexidade humana precisa ser reconhecida nos processos pedagógicos.

2 – Toda a problemática socioambiental da contemporaneidade, decorre de um modelo societário ancorado na exploração exaustiva da base natural do planeta (em especial da água), no consumismo, na produção a qualquer custo e numa maneira de ser que sobrevaloriza o individualismo e a competição. O que podemos fazer nesse momento limite de encruzilhada civilizatória para viver bem e assegurarmos a sobrevivência das gerações futuras em bases sustentáveis? Como construir então uma nova cultura ou novos padrões de sociabilidade a partir de uma relação diferenciada com a água?

R: Mudar os padrões de consumo implica mudança de valores e por isso apostamos em processos educativos que provoquem simultaneamente mudanças no plano da externalidade e da subjetividade humana e que mobilizem a descoberta do enraizamento dos seres humanos nas suas bases biológica e sócio-cultural. É preciso evocar o sentido do pertencimento à espécie, ao grupo social e ao tecido da vida, o ser humano vive de forma trágica seu duplo pertencimento entre natureza e cultura. Para sair do impasse é preciso saber obedecer e guiar as forças da vida, mas isto demanda criar espaço para o tempo circular da contemplação e da reflexão. O tempo linear da cultura do consumo torna mais rasa a consciência dos acontecimentos, como uma intrigante metáfora do assoreamento que torna mais raso o leito dos rios. A repercussão midiática dos relatórios científicos sobre mudanças climáticas são um exemplo de como a espetacularização da notícia provoca uma discussão superficial, fugaz e pouco conseqüente do problema. Muito raramente a mídia aborda a complexidade das causas dos desastres ambientais, tampouco retoma a situação dos desabrigados ou as conseqüências a médio e longo prazo para a vida dos ecossistemas após esses desastres, como os vazamentos de óleo em rios e oceanos. A banalização da vida é o lado mais perverso da cultura do consumo.

3 – O pensamento hegemônico no Ocidente costuma validar a realidade preponderantemente a partir de uma racionalidade instrumental-analítica ou técnico-científica. Que relação isso tem com a crise da

¹ Entrevista no prelo, a ser publicada no Informativo DEA/SAIC/MMA set.2009, disponibilizado em: <http://colecciona-ea.blogspot.com>

água e a problemática socioambiental e como ficam as várias outras dimensões da água decorrentes de diferentes percepções e cosmovisões? Que recado você daria aos técnicos que atuam na gestão dos recursos hídricos a esse respeito?

R: A crise da água mostra seu impacto em escala planetária. A razão instrumental busca soluções predominantemente tecnológicas para gestão da água e alimenta a lógica de uma economia de mercado que tenta, sem sucesso, equacionar custo, lucro e bem comum. Busca-se corrigir resultados, sem tocar no imaginário consumista e utilitário gerador da crise. É, portanto, no plano das representações, no magma de onde surge o imaginário, que precisamos buscar e emprestar um novo sentido para as águas que correm fora e dentro de nós

Sabemos que a inserção de homens e mulheres, idosos e jovens, com iguais prerrogativas, no enfrentamento do uso sustentável dos recursos naturais, especialmente da água, constitui uma missão coletiva e um crescente desafio para um desenvolvimento humano sustentável. Para que isso aconteça precisamos re-significar o sentimento e operar uma verdadeira reforma do pensamento como propõe Edgar Morin. A organização em rede, o reconhecimento do outro, o sentido de pertencimento e o cuidado por tudo que vive e sustenta a teia da vida surgem como novas estratégias para as mudanças políticas e socioambientais desejadas.

4 – Você coordena um importante projeto educativo de extensão universitária pela UnB, chamado ?Água, matriz ecopedagógica?. Em que consiste essa metodologia, como aborda a relação entre teoria e experiência vivida e como vem contribuindo para a ecoformação a partir da água?


R: O nosso projeto resulta de uma parceria bem sucedida entre o campo da educação, que eu juntamente com os estudantes da Faculdade de Educação representamos, com a Professora Maria do Socorro Ibañez e estudantes do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília.

A equipe do projeto “Água como matriz ecopedagógica” busca a intervenção nos contextos locais, buscando modificar comportamentos e propor soluções aos problemas sócio-ambientais de forma interativa e criativa. Compreendemos as relações entre gente e meio ambiente como eco-hetero-formação no sentido de uma educação tripolar como propõe Gaston Pineau. Esses processos formativos sob uma abordagem transversal e uma pedagogia da participação envolvem reuniões comunitárias, espaços de coordenação pedagógica, estágios acadêmicos, eventos festivos, oficinas, plantio e brincadeiras. Busca-se assim a construção de um saber ambiental indissociável das práticas comunitárias cotidianas. Propomos o foco nos processos para contrapor-se à lógica do resultado e à avaliação por produto de forma fragmentada e redutora.

Ao longo desses cinco anos, o projeto transformou-se em um programa de educação ambiental permanente capaz de articular universidade, escolas e comunidades ribeirinhas em uma ação instituinte pela proteção das águas no Distrito Federal.

O projeto, com a chancela do Decanato de Extensão da UnB e da UNESCO, estabeleceu parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal na formação de professores e realização das atividades de extensão nas comunidades e escolas selecionadas. Destaca-se a parceria com o Instituto Calliandra de Educação Ambiental e Integral organização não-governamental, sediada em Brasília, que propõe metodologias inovadoras em educação ambiental na perspectiva da formação integral.

A metodologia integra três momentos indissociáveis: práticas de corporeidade; palestras de especialistas de diversas áreas sobre conteúdos teóricos e tecnológicos para gestão sustentável das águas e, um terceiro momento, que chamamos “roda da conversa”, voltado para trocas, planejamento participativo e exploração criativa de conceitos pedagógicos. Tudo isso dentro de uma abordagem interativa que permite a apropriação de noções ambientais e a emergência de potencialidades humanas capazes de reconhecer



e respeitar a alteridade e diversidade nas forças da vida. Como tema transversal, a água nos permitiu articular saberes sistematizados a saberes que surgem da prática, da cultura popular, das expressões estéticas e simbólicas presentes nas artes, mitos e religiões. A água tem funcionado pedagogicamente como traço de união entre a ação local e a perspectiva global, práticas coletivas e subjetividades dos grupos e indivíduos envolvidos na formação.

5 – Como as atividades em educação ambiental envolvendo a água podem contribuir para a sensação de pertencimento a um corpo, uma comunidade, um território, um Planeta?

R: Um dos aspectos mais significativos da abordagem transversal experimentada é o sentido das práticas corporais como recurso pedagógico. O trabalho criterioso e freqüente com o corpo e a sensibilidade é considerado no projeto Água como matriz ecopedagógica como condição para agir e pensar de forma não-fragmentada. O material didático e as estratégias de formação do projeto abordam a água como matriz simbólica e força motriz de um exercício individual e coletivo capaz de enraizar um outro sentimento de mundo pela aprendizagem de si, da humanidade e da vida. Este elemento que proporciona o surgimento da vida e garante a sua manutenção funciona como uma ponte de mediação entre os registros da natureza e da cultura e como traço de união entre o mundo exterior e o mundo interior em cada indivíduo.

A observação da natureza é uma outra estratégia de aproximação e enraizamento consciente em busca de uma relação mais profunda com o meio natural e o acesso à subjetividade de seus processos. Por esta via, a lógica do vivente sustenta a meta-lógica da cultura que pode articular harmonicamente o modo de ser natureza e o modo de ser cultura. O símbolo é a linguagem da mediação que faz a ponte entre este duplo pertencimento da experiência humana. A percepção simbólica é uma outra forma de saber, mais profunda, criativa e efetiva, pois é capaz de reunir a pluralidade de percepções que caracterizam a aprendizagem no humano. Compreende-se que todo ambiente é formativo, todo conhecimento é relação e toda matéria elementar traz sua carga simbólica.

6 – Existem iniciativas que resultaram da implementação do curso e que estão sendo reproduzidas em outros espaços?

R: Entre 2006 e 2008, produzimos dois livros que funcionam como material didático para inspirar e orientar outros processos formativos. Na Faculdade de Educação e no Depto de Ecologia da UnB, já foram produzidas 11 monografias e uma dissertação de mestrado sobre a ação do projeto Água como Matriz Ecopedagógica em comunidades ribeirinhas. Atualmente, está em desenvolvimento uma pesquisa de mestrado sobre a repercussão do projeto na formação dos estudantes do curso de pedagogia da UnB. Também estamos construindo uma rede do projeto justamente para acompanhar sistematicamente a repercussão dessas ações. Entre as ações inspiradas no projeto, merecem destaque cursos desenvolvidos desde 2005 pela Escola da Natureza, que trabalham com a metodologia original do Água Matriz.



REFLEXÕES SOBRE A GOVERNABILIDADE DA ÁGUA: DIMENSÃO DA POLÍTICA NUMA PERSPECTIVA CIVILIZATÓRIA¹

Por Franklin de Paula Júnior*

Superando mazelas institucionais históricas na relação Estado e sociedade

Sentidos e saberes da Política: a água como assunto público (e bem de todos)

Águas correntes: o agir supra-corporativo e as políticas públicas participativas

“A água serpeia entre musgos seculares.

Leva um recado de existência a homens surdos

E vai passando, vai dizendo

Que esta mata em redor é nossa companheira,


É pedaço de nós florescendo no chão”

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

A governabilidade da água emerge como resposta político-institucional a uma série de fenômenos do nosso tempo que caracterizam um amplo e complexo cenário também conhecido como Era dos Limites. Hoje, a humanidade já consome mais de 40% da capacidade de suporte e regeneração do Planeta Terra (BOFF, 2009). Para se levar a cabo uma governabilidade da água bem alicerçada em necessidades mais prementes, que façam frente às tendências de agravamento do quadro planetário, ao menos quatro questões surgem como fundamentais:

- a adaptação, mitigação e prevenção aos efeitos das mudanças climáticas e ambientais globais, que incidem diretamente com alterações no movimento natural e milenarmente ininterrupto de reciclagem da água no planeta,
- a promoção do desenvolvimento humano em bases sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis,
- a utilização das vantagens comparativas provenientes da produção de bens e serviços baseados no uso múltiplo das biomassas terrestres e aquáticas abundantes nos países tropicais, a partir de uma abordagem verdadeiramente sistêmica que leve em conta os limites e potenciais dessas biocivilizações (SACHS, 2009), e
- o aprofundamento da democracia a partir da diversidade social e da pluralidade étnico-cultural, da combinação entre representação e participação cidadã, e *fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global* (SANTOS e AVRITZER, 2005).

¹ Artigo adaptado para o Caderno Formativo do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, originalmente publicado nos sítios da Eco Agência (<http://www.ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUVZ0cWtGZHNIRaVXTWJVU>), Neo Mondo (http://www.neomondo.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=403:reflexoes-sobre-a-governabilidade-da-agua-dimensao-da-politica-numa-perspectiva-civilizatoria&catid=75:meio-ambiente&Itemid=88) e PT (http://www.pt.org.br/portalpt/index.php?option=com_content&task=view&id=75322&Itemid=201).



Nesse contexto, o enfrentamento dos atuais desafios relacionados à conservação e uso sustentável da água, requer um arsenal de saberes e práticas que visam assegurar as suas funções básicas de manutenção da vida, equilíbrio ecossistêmico e geração de serviços ambientais, até a sua destinação para os usos humanos, quando então passa a ser considerada recurso hídrico, principalmente na sua utilização enquanto insumo para os processos econômico-produtivos.

Para se situar num patamar compatível e em condições de elaborar respostas fortes e efetivas, condizentes com a altura dos desafios colocados pelo cenário ambiental global, a governabilidade da água deve atrelar os seus mecanismos de atuação a uma compreensão abrangente, global e sistêmica do elemento água e do pano de fundo sócio-político e econômico da atualidade. Essa nova governabilidade, também entendida como governança democrática, tem como diferencial de modelos anteriores o vínculo estruturante com os fundamentos da democracia moderna e o compromisso com o seu aprofundamento por meio de formas cada vez mais participativas e comunitárias, constituindo passos firmes no sentido do bem viver e da construção de sociedades sustentáveis.

Em termos continentais, alguns movimentos pela ou a partir da água adquirem relevo no território da Bacia do Prata. Ao menos três dos novos presidentes eleitos na região tiveram a luta pela água no seio dos movimentos emancipatórios que os levaram ao posto máximo da governabilidade em seus respectivos países, são eles: o líder Aymara Evo Morales e a luta contra a privatização da água em El Alto na Bolívia; em meio ao Movimento Tekojoja (Juntos Somos Iguais), a eleição do presidente Fernando Lugo, no Paraguai, que teve a luta pela água nos primórdios do movimento; e a chegada ao poder da Frente Ampla no Uruguai, tendo à frente Tabaré Vazquez, beneficiado eleitoralmente com os efeitos do exitoso movimento pela mudança constitucional que estabeleceu a água como um bem público naquele país.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 a água deixou de ser um bem de uso particularista ou meramente setorial, ficando então estabelecida como um bem público (de domínio da União e dos estados), preceito que fora reforçado posteriormente com a Lei Federal n. 9.433/97 (Lei das Águas), acrescentando que a gestão da água necessariamente tem que ser realizada de forma compartilhada e democrática, ou seja, descentralizada e participativa.

A experiência brasileira, em especial a relacionada com a participação social na gestão dos recursos hídricos – por meio dos Comitês de bacia hidrográfica, dos Conselhos Estaduais e Nacional de Recursos Hídricos – é tida como referencial inovador para a região.

Exemplo também emblemático de comissões locais que trabalham a gestão integrada de recursos hídricos a partir da revitalização de micro-bacias, é o que acontece na Bacia do rio Paraná III, por meio do Programa “Cultivando Água Boa” da Itaipu Binacional. Ali se empregam metodologias de educação ambiental popular e de mobilização e participação social altamente impactantes, capazes estimular o protagonismo e a emancipação social e de alavancar uma ampla e coesa rede de atores e instituições parceiras.

O Brasil protagonizou a elaboração de seu Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), de 2003 a 2006, com ampla participação da sociedade e consistente diagnóstico, que considerou a água em suas múltiplas dimensões, destacando o seu valor socioambiental relevante e a necessidade de segurança hídrica para as gerações atuais e futuras. Agora, na fase de implementação de seus programas, o Plano brasileiro conta com um Sistema de Gerenciamento Orientado por Resultados que propicia uma avaliação permanente e correção de rumos, e vem contratando estudos complementares que visam, por exemplo, à maior concatenação com a questão das mudanças climáticas, quantificação do uso da água por tipos de uso a fim de se estabelecer modelagens de equilíbrio geral, definição de parâmetros para a vazão ecológica, planejamento estratégico do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), adequação do marco legal e institucional e criação de um Observatório das Águas. Além dessas experiências, há, em curso, uma série de outras relevantes tais como cobrança pelo uso água, alocação negociada, cadastramento de usuários, dessalinização, compra de esgotos tratados, revitalização de bacias, captação e armazenamento de água de chuva, dentre outras.

SUPERANDO MAZELAS INSTITUCIONAIS HISTÓRICAS NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE

O Brasil, assim como grande parte dos países latino-americanos, depara-se com a necessidade de acelerar o processo de transição democrática, após décadas de autoritarismo e burocratismo, logo sucedidas pelo também infeliz período de endeusamento da lógica de mercado, em detrimento do desmantelamento do aparato estatal e do agravamento das injustiças sociais. Para uma melhor noção do atual horizonte da governabilidade da água, faz-se oportuna uma contextualização histórica. Isso torna-se ainda mais pertinente quando se trata de manejar duas dimensões distintas, porém complementares, da atuação do estado: a da operacionalidade por um lado, e a sócio-político-institucional (ou estratégica) por outro.

O estabelecimento de novos padrões de interação entre o Estado e a sociedade é uma necessidade que sinaliza para uma arquitetura de funcionamento estatal mais inclusiva e permeável aos anseios populares. Assim, torna-se apropriado levar em conta o contexto do histórico distanciamento entre ambos, pois segundo Eli Diniz, *“historicamente, a tutela do Estado cerceou a autonomia da sociedade. A rigidez da institucionalidade estatal, presa à herança corporativa, seu fraco potencial de incorporação política, a impermeabilidade do Estado às demandas sociais em expansão, seu baixo grau de responsabilidade pública acentuaram o divórcio Estado-sociedade”*.

Márcio Pochmann, ao criticar as distorções da onda liberalizante dos anos 90, constata que *“o desvirtuamento do compromisso do Estado com ações emancipatórias do conjunto da população não geraram apenas um mundo mais desigual e profundamente injusto. Houve também a desconfiança generalizada de que o homem não mais seria capaz de construir coletivamente uma trajetória superior, dada a ênfase no curto-prazismo das decisões políticas e gerenciais e do individualismo narcisista apoiado na economia do ter, inclusive com a inviabilização da sustentabilidade ambiental do planeta”*.

No contexto da gestão dos recursos hídricos no Brasil, pode-se dizer que boa parte do distanciamento a que se refere anteriormente Eli Diniz já foi superado, até porque, o novo arcabouço legal vigente (CF 1988 e Lei Federal 9.433/97) se conformou justamente no auge de um processo de retomada da agenda democrática do país. Esses processos libertários e democratizantes, segundo Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, *“parecem compartilhar um elemento comum: a percepção da possibilidade de inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão” e, em geral “implicam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e pertencimentos e o aumento da participação”*.

Mesmo no âmbito específico da governabilidade da água, torna-se imprescindível o esforço de conjugação da racionalidade instrumental-analítica com a dinâmica dialógica da racionalidade comunicativa, que agrega e irradia os estímulos da força viva da sociedade (HABERMAS, 1987). Outra perspectiva epistêmica que não pode ser negligenciada nesses novos tempos, é o que Michel Maffessoli denomina de razão sensível, que se preocupa com o homem vivo, que sofre, que é feliz, que tem emoções e sentimentos, diferentemente do racionalismo puramente cientificista, *“particularmente inapto para perceber, ainda mais apreender, o aspecto denso, imagético, simbólico, da experiência vivida”* e que tem como característica uma maneira classificatória, *“que quer que tudo entre em uma categoria explicativa e totalizante”*.

Dessa maneira, também é importante a busca de complementaridade entre os parâmetros de eficiência e eficácia, com a mobilização da dimensão do público, para além do meramente estatal, sendo capaz de propiciar, dentre outros resultados de um processo societário, patamares satisfatórios de legitimidade e efetividade da ação pública.

Sobre o novo papel do Estado e as necessidades de ampliação da esfera pública e promoção da governança democrática, é interessante o que acentua Pierre Calame: *“apesar de não terem a exclusividade de tais operações, os poderes públicos são, em geral, melhor posicionados para suscitar diálogos e parcerias, podendo ser os catalisadores da ação coletiva”*, requerendo, para tanto, *“uma profunda mudança cultural com relação aos governantes e a função pública, e exige mudanças também nos procedimentos”*.

Ao identificar os principais conflitos da sociedade contemporânea, *“os neo-conflitos, que se caracterizam pelas polarizações, como das ilusões da dissidência x as tentações da ordem; da democracia direta x democracia representativa; da conciliação a todo preço x conflito a todo preço”*, Paul Ricoeur defende que, para ultrapassar esses conflitos, é preciso incorporá-los antes, promovendo e assegurando *“a coexistência dos grupos sociais, estimulando uma conciliação que inclua, mas também ultrapasse o conflito, no sentido da compreensão do outro, buscando uma unidade na diversidade, um ordenamento a partir da complexidade social”*.

SENTIDOS E SABERES DA POLÍTICA: A ÁGUA COMO ASSUNTO PÚBLICO (E BEM DE TODOS)

Uma política pública e, portanto, uma governabilidade da água à altura dos desafios da atualidade, requer, sobretudo, dos agentes governamentais, uma atuação mais arrojada de revalorização da dimensão da política como *“arte de mobilizar esforços em torno de valores e forjar o consenso, construindo coalizões entre os interesses”*. Ângelo Panebianco sinaliza o campo de atuação da política em relação a técnica e à administração, ao dizer que *“a administração e a técnica, assim como a competência, podem seguir a política, jamais precedê-la, e menos ainda substituí-la”* e que *“a essência do saber político não pode ser subrogada pelos saberes técnicos”*.

Numa linha bem próxima, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendendo diferentes diálogos para a pactuação socioambiental nacional, chegou a dizer que *“se tivermos o propósito ético de nos envolvermos com justiça social e ambiental, haveremos de achar as respostas técnicas”*.

O pensador italiano Norberto Bobbio também afirmou que *“a democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos”*.

Na encruzilhada civilizatória ante a qual nos encontramos, cabe o que o historiador Alfredo Bosi chama de *“ótica humanizadora como um valor a atingir”*, ou seja, *“apreciar nos meios técnicos precisamente o que são: objetos, úteis, produtos da inteligência prática, e não um fim em si mesmos”* (BOSI, 1992).

Para cumprir esse papel civilizatório, a Política também não pode se dar no vazio, ela precisa buscar maior aderência com as várias dimensões da realidade e estabelecer uma dinâmica retro-alimentativa, apoiando-se no instrumental teórico e prático disponível, tanto por meio dos conhecimentos técnico-científicos como dos demais saberes existentes, inclusive o bio-regional e os dos povos originários e tradicionais.

Desse modo, a governabilidade da água adquirirá a devida envergadura à medida que se assegure dos riscos, vantagens e oportunidades da opção de rumo pelas vias da democracia.

Nos processos de concertação social, há que se ter cuidado, por exemplo, com a exacerbação da lógica da busca da eficiência que, levada ao extremo, pode gerar distorções no processo deliberativo, induzindo a uma visão equivocada de que os caminhos da democracia são um empecilho à governabilidade. É oportuno aqui lembrar, que há diferentes temporalidades em jogo, que o tempo linear da tecnicidade é diferente do tempo cíclico da natureza, do tempo social e político ou do tempo complexo da inter-subjetividade humana.

Também é notório que a era da informação tem nos condicionado a uma ânsia de celeridade em quase tudo, mas não podemos deixar que a ênfase no curto-prazismo das decisões políticas e gerenciais, a que se refere Pochmann, estrangule a necessária maturação do tempo social, em se tratando de políticas públicas, a ponto de acabar por vulnerabilizá-las.

Assim como os setores mais refratários à participação pública costumam questionar os processos e/ou foros deliberativos, devido a um suposto alto custo de transação dos mesmos, há que se questionar, por outro lado, qual seria o custo da não participação e da inexistência dessas instâncias que possibilitam a explicitação e a legitimação dos conflitos, de entendimentos e negociação entre interesses divergentes,

de construção de novos conhecimentos e de estabelecimento de pactos sociais duradouros.

Para que o processo deliberativo dos colegiados do Sistema de recursos hídricos não se deixe contaminar com a onda de despolitização geral da política, faz-se necessária boa dose de precaução. Silvio Caccia Brava comenta o fenômeno: *“A luta política assume um caráter instrumental, de cálculo de poder (...) o foco está nas vantagens que cada representante pode obter (...) assistimos à despolitização da política (...) a política instrumental descarta as necessidades públicas, reforça o jogo dos interesses privados e engessa as expectativas da sociedade, que, engolfada por essa lógica perversa, já não consegue mais pensar as transformações sociais”* (CACCIA BAVA, 2008).

As investidas contra a política muitas vezes encontram ressonância amplificada em parcelas da mídia hegemônica, com peculiar interesse no seu esvaziamento. Segundo Márcio Moreira Costa, *“quando a mídia forja a opinião popular segundo interesses econômicos privados ou mesmo objetivos particulares, esforçando-se para produzir apatia política, o cidadão é transformado em massa de manobra porque a soberania popular está comprometida”* (COSTA, 2008).

Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento das modalidades de controle e participação social na gestão das águas do país, o que requer uma avaliação e um planejamento de ações que respondam minimamente a esse desafio. Parte desse diagnóstico já até existe e está presente em várias manifestações apontadas pelos próprios segmentos que participam do SINGREH.

A formação continuada de capacidades é uma dessas reivindicações já cristalizadas no âmbito do sistema de recursos hídricos. Uma excelente novidade nesse aspecto, já acessível aos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), é o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais (<http://www.ufmg.br/conselheirosnacionais/>), iniciativa da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), que cuida do acompanhamento geral dos conselhos e conferências nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Esse Programa utiliza plataforma de ensino à distância e oferece cursos semi-presenciais com conteúdos que contribuem para a qualificação da atuação dos conselheiros e gestores públicos nos entes colegiados nacionais, formando em temas como democracia, república, participação social, políticas públicas, processos deliberativos, representação etc. Além de formar massa crítica para uma atuação mais consistente, cria-se um ambiente de aprendizagem permanente por meio de uma rede de atores sociais, facilitando a interação virtual entre os mesmos.

Igualmente importantíssimo é a criação e o fortalecimento de mecanismos que facilitem o estreitamento da relação entre representantes e representados, forjando uma verdadeira cultura de participação, de modo que a discussão sobre a política pública seja colocada acima dos interesses particularistas dos grupos e das identidades corporativas (TEIXEIRA, 2008). Sem abrir mão da importância dos encontros presenciais mínimos necessários nas instâncias colegiadas, a utilização de mecanismos eletrônicos para aumentar a frequência da troca de informações pode contribuir, até mesmo, para que reuniões de grupos de trabalho, por exemplo, possam ser feitas virtualmente, reduzindo, inclusive, custos de logística.

ÁGUAS CORRENTES: O AGIR SUPRA-CORPORATIVO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS

A dinâmica e a qualidade das políticas públicas participativas evocam um agir que vá além das demandas corporativas, colocando o interesse público no mais elevado patamar do agir político.

Diferentemente dos meios tradicionais de representação, os mecanismos de participação disponibilizados por meio dos colegiados temáticos e setoriais, agregam em si uma vantagem comparativa. Segundo Ana Cláudia Teixeira, *“ao contrário do que acontece muitas vezes no Congresso Nacional e na grande mídia, os conselhos e conferências são instâncias realmente voltadas para a discussão pública das grandes questões de interesse nacional”*.

Ao observar a participação nos colegiados deliberativos, Leonardo Avritzer nota que *“a partir do momento em que os conselheiros reconhecem que estão influenciando nas decisões, parece haver uma motivação a mais para que continuem participando do processo deliberativo”*.

Por serem auto-educativos e auto-formativos, os processos participativos já trazem uma valoração per si. Bobbio, ao defender a promoção da cidadania ativa como balizadora da evolução da democracia, constata que *“a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática”*.

Mas há que se cuidar, no caso específico dos colegiados de recursos hídricos, para que as ações formativas sejam continuadas e permanentes, dentre outras razões, pelo alto grau de rotatividade dos membros desses colegiados. O SINGREH dispõe, hoje, de um arranjo participativo composto por aproximadamente duzentas instâncias colegiadas que são consultivas, normativas e deliberativas, como os conselhos (nacional, estaduais e distrital) ou os comitês de bacia hidrográfica (de rios da União e dos estados).

Para estimular condições mais justas de participação, é preciso tratar diferenciadamente os desiguais, começando por reconhecer *“grandes assimetrias de recursos, conhecimento e poder, que, de alguma forma, se reproduzem nesses espaços”*. Ainda segundo Ana Cláudia Teixeira, *“um dos grandes desafios para a participação tem sido o acesso à informação. É impossível participar ativamente se as informações são restritas, assistemáticas, com baixa clareza e precisão”*.

Embora a gramática dos recursos hídricos possa evocar e ecoar limitações para além da sua semântica, a atual legislação brasileira da área (Lei Federal 9.433/97) está assentada em dois pilares fundamentais que incrementam o exercício da governabilidade da água de maneira imbricada com a governança democrática.

O pilar republicano, ao reafirmar o preceito constitucional da água como bem público, e o pilar democrático, com a prerrogativa da gestão descentralizada e participativa, conferem a precedência e o anteparo legal e institucional balizadores da estruturação do próprio Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da implementação da Política de Águas, tendo, como pano de fundo, o paradigma da sustentabilidade socioambiental.

Partindo-se da compreensão de que a água é tema transversal a todas as políticas públicas e setoriais, a inserção dos profissionais e atores sociais da área de recursos hídricos em seus respectivos espaços específicos de atuação, é tão importante e indispensável quanto buscar transcender às tentações do agir hermético e conseguir enxergar o seu papel estratégico na qualificação do modelo de desenvolvimento do país e na construção de uma nova perspectiva civilizatória.

A governabilidade da água deve se valer da capacidade da política em estabelecer nexos e dar sentido a uma grande tecitura, sempre em sintonia fina com princípios fundamentais tais como o da ética do cuidado, da intergeracionalidade, da paz, da justiça, da tolerância, da alteridade, da auto-determinação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Carlos Drummond. Mata Atlântica. AC&M Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, 1997.

AVRITZER, Leonardo. O espaço público habermasiano e a generalização da idéia do outro. Projeto Democracia Participativa, 2005.

_____. In GUIMARÃES, Carlos Sant’Ana. Participação sociopolítica e governança democrática: o papel dos conselhos municipais de educação na gestão e implementação da política de educacional. FUNDAJ, disponível em www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3032--Int.pdf.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Ed. Paz e Terra. 2000.

BOFF, Leonardo. Os limites do capital são os limites da Terra. Agência Carta Maior, 15/01/2009, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15488.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. (1992). In: SOARES, Ana Maria Dantas (Org.). Educação Ambiental: construindo metodologias e práticas participativas. UFFRJ, disponível em (http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/ana_maria_dantas.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação, Secad: Ministério do Meio Ambiente, Saic. Czapski, Silvia. Mudanças Ambientais Globais. Pensar + agir na escola e na comunidade. Brasília, 2008, disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/CNIJMA/arquivos/reflexao_desafio.pdf.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Srhu. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Programas de Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Vol. 1, Brasília, 2008, disponível em http://www.cnrh-srh.gov.br/camaras/PNRH/PNRH_Vol_1.pdf.

CACCIA BAVA, Sílvio. A construção democrática e o futuro. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, N. 7, fev/2008.

CALAME, Pierre. Org. Por uma governança mundial eficaz, legítima e democrática. SP. Instituto Pólis, 2003 (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 7).

_____. Repensar a gestão de nossas sociedades: 10 princípios para a governança, do local ao global. SP. Instituto Pólis, 2003 (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 7).

COSTA, Márcio Moreira. Democracia, representação e crise. Revista Espaço Acadêmico, jan/2008, disponível em www.espacoacademico.com.br/080/80costa.htm.

DINIZ, Eli. Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado. Revista Lua Nova, n. 45, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Madrid. Taurus. 1987.

MAFFESSOLI, Michel. Elogio da razão sensível. Ed. Vozes, Petrópolis. 1998.

PANEBIANCO, Ângelo. Evitar a Política? Novos Estudos nº 45, 1996.

POCHMANN, Márcio. Socialismo dos ricos? Folha de São Paulo, 23/10/2008.

RICOEUR, Paul. Interpretação e Ideologias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SACHS, Ignacy. Janela de oportunidades para os países tropicais? Le Monde Diplomatique Brasil, 25/01/2009, disponível em <http://diplo.uol.com.br/2009-01,a2762>.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático, 2005. disponível em <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf>.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Scielo Brasil, RJ, 1997.

SILVA, Marina. Discurso de posse. Brasília, 02/01/2003.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. Até onde vai a participação social? Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 2, N. 7, fev/2008

<http://www.mma.gov.br/>

<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>

*Franklin de Paula Júnior é administrador, especialista em Filosofia Política Contemporânea e, atualmente, gerente da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.